



RUBENS FERNEDA

**POLÍTICA
À LUZ DA
DOCTRINA
SOCIAL CRISTÃ**

COM UMA PROPOSTA PARA UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE



2ª edição

LT[®]R

ÍNDICE

Apreciando uma obra.....	
Capítulo 01 - Os fundamentos.....	
Capítulo 02 - A realidade histórica.....	
Capítulo 03 - A verdade histórica no Brasil.....	
Capítulo 04 - A conjuntura atual.....	
Capítulo 05 - A posição do clero e dos leigos.....	
Capítulo 06 - O caminho cristão para as soluções.....	
Capítulo 07 - O “abc” da atividade política.....	
Capítulo 08 - Um governo sob o signo da Doutrina Social Cristã....	
Capítulo 09 - Mudanças à vista.....	
Capítulo 10 - Um novo modelo de sociedade.....	
Concluindo.....	

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO AUTOR

São permitidas reproduções parciais, desde que citados o autor e a fonte

Esta obra, a começar por sua modesta extensão, não pode ser um tratado sobre Política. Atreve-se apenas em conceituá-la a partir da sua concepção mais pura e genuína.

Da mesma maneira, não pode ser tida como um curso sobre a Doutrina Social Cristã. Antes, supõe-na conhecida.

Uma das coisas que são mostradas aqui é que a atividade política é, na sua essência, uma atividade nobre e que, sendo nobre, só poderia ser exercida por pessoas igualmente nobres.

O que também se pretende fazer aqui é mostrar que a Política é um dos meios ética e moralmente válidos para a cristianização da sociedade, considerando-se esta como a maneira mais eficiente e salutar para a promoção do bem-estar social. Longe de ser coisa suja, a Política, na verdade, é uma instituição divina, colocada à disposição do homem para a realização do bem comum.

Como uma sistematização das implicações sociais do cristianismo, a Doutrina Social Cristã encontra na Política o meio mais poderoso e eficiente para a sua realização prática.

Finalmente, procura-se mostrar que ao indivíduo verdadeiramente cristão incumbe também a responsabilidade de ser agente dessa atividade.

APRECIANDO UMA OBRA

O presente livro, do economista Rubens Ferneda, é diferente:

Porque ele tem tanto de profundidade como de fluência.

Em tom de conversa, ele vai levando a gente a uma argumentação sólida, despertando o nosso espírito a esperar, no próximo episódio, mais uma surpresa agradável de comprovação.

É toda uma seqüência de provas que são convincentes, estão em sintonia com o Evangelho e com a economia cristã.

Como o Evangelho, o autor também coloca o HUMANO em primeiríssimo lugar, e, na ordem devida, coloca o social, o cultural, o político, todos acima do econômico; e como regulador de toda a vida humana, como o guia seguro dos passos do homem nestes setores, ele coloca o Ensino Social Católico, que possui princípios de moral para conter nos limites de justiça todo o procedimento humano.

E se a caridade é a mais nobre das virtudes, exigindo toda a justiça, a Política é chamada de “ars artium”, a “arte das artes”.

A Política pois é a mais nobre das caridades, uma vez que regula o relacionamento com o nosso próximo dentro da justiça e até acima da justiça. O que precisamos realmente são os artistas desta arte...

O autor chama muito a atenção do maior valor da Política e da posição mais nobre e anterior em relação à vida econômica. A vida econômica não é nem pode ser o único objeto da Política. O dinheiro não pode ser o principal objeto da Política e da caridade. Seu objeto é a fraternidade na justiça.

Gostaria de aproximar uma de suas considerações sobre o trabalho da palavra do papa João Paulo II que diz ser “o trabalho a causa essencial de todos os problemas sociais”, ou como eu digo em meu livro “O Trabalho na Dinâmica do Evangelho”, “o trabalho é o eixo da evolução das eras da história”.

Trabalho que não se identifica com emprego.

Trabalho não pode ser mais “mercadoria”; nem “salário” pode ser preço de ação humana ou do “homem em ação”.

“Quando a empresa se torna comunitária, o comunitarismo será a solução”.

Mas... com homens sem moral e sem fé, com partidos políticos sem princípios fundamentais, nada melhorará em nossa vida.

Leitor amigo, se você tiver o gosto de ler esta obra em uma tarde, sem interromper a leitura, creia, você ganhou um mês ou um ano de sabedoria prática.

Frei Luís Maria A. Sartori, OFM
Da Pastoral do Mundo do Trabalho

POLÍTICA À LUZ DA DOCTRINA SOCIAL CRISTÃ

01- OS FUNDAMENTOS

Para a maioria de nós, é difícil negar a concepção teológica da existência do homem. Segundo nos ensinam as religiões, e de maneira particular as cristãs, o homem foi criado por Deus à sua imagem e semelhança e recebeu uma vida material e terrena com a finalidade de, amante e temente a Deus, se desenvolver espiritualmente, com vistas a estar com o seu criador depois da morte, por toda a eternidade.

Existem algumas variações nesse caminhar para Deus, de acordo com a particular religião que se considera, mas, em essência, todas nos ensinam que o homem caminha para Deus. Esse caminhar implica no desenvolvimento espiritual de cada um, mas tem por base a vida física, corpórea, também idealizada por Deus, na qual se assenta o homem como um ser uno, mas formado por corpo e alma (ou espírito). Sendo esse corpo, que foi criado por Deus, a sede da alma (ou espírito), também criada por Deus e destinada a Ele, faz parte do plano divino que dele cuidemos até os limites das nossas possibilidades e que se busque, no relacionamento com os demais, a satisfação daquelas necessidades que, isoladamente, não o poderiam ser. Daí resulta que esse homem, individual e social, assim criado, tem deveres para consigo mesmo, para com os demais e para com Deus. Como não seria lógico, e nem justo, associar ao homem apenas deveres, a ele também foram associados direitos, os direitos naturais.

Portanto, do ponto de vista teológico e particularmente cristão, o homem também tem como responsabilidade uma vida material plena, saudável e que possa ser vivida amplamente em todos os seus aspectos e em todas as suas minúcias. Isso faz parte do plano de Deus, segundo acreditam aqueles que, como eu, são espiritualistas. Temos, por conseguinte, que batalhar pela vida no plano individual e trabalhar ainda mais no plano social, ajudando uns aos outros, na busca constante pelo melhor e na caminhada difícil e penosa rumo a Deus.

Se fizermos, contudo, total abstração do plano espiritual, considerando o homem tal qual é visto e sentido exteriormente, isto é, isento de espírito e sem qualquer compromisso para com Deus, a esse homem restarão apenas o corpo e a vida em sociedade. Não teremos nada a considerar acerca de Deus, mesmo porque, nessa hipótese, Deus não existe, mas teremos de considerar necessariamente a lógica, porque esta faz parte integrante do homem, com Deus ou sem Ele. Por essa lógica, o homem buscará sempre o melhor para si e completará, no relacionamento com os demais, o conjunto de tudo aquilo que o permitirá viver bem, com saúde e com alegria. Enfim, buscará aquilo que os economistas chamam de bem-estar.

A conclusão é que o homem busca sempre o seu bem-estar, com Deus ou sem Deus. Pessoalmente, entendo que bem-estar sem Deus não faz sentido.

02- A REALIDADE HISTÓRICA

Por razões cuja discussão foge a esse contexto, a verdade é que o homem difere um do outro quanto à inteligência, ao talento, ao esforço, à iniciativa. Tais diferenças colocam os seres humanos, inevitavelmente, em contextos sociais diferentes, surgindo então as classes sociais. A História nos mostra que sempre foi assim e, segundo creio eu, continuará sendo assim, a menos que Deus altere o seu plano, uma vez que ao homem é impossível alterar o caminho natural das coisas.

Parece-me uma verdade histórica inquestionável que o homem, sempre fazendo uso das naturais diferenças existentes entre uns e outros, mas inegavelmente extrapolando e exagerando em relação a essas desigualdades, graças a desvios ou imperfeições de natureza espiritual, ainda segundo creio eu, parece-me então ser historicamente verdadeiro que o homem, sempre consciente da necessidade íntima e natural que tem quanto à busca do seu bem-estar, raras vezes considerou que essa busca só seria completa e legítima se fosse empreendida em sintonia com o todo, em conjunto com os demais. O bem-estar individual, em contraposição ou em detrimento do bem-estar social ou coletivo, é

uma afronta ao plano de Deus, para os que crêem, mas é um contra-senso e uma temeridade para todos, crentes ou não em Deus.

Aproveitando-se então dessas naturais diferenças e fazendo uso de fatos ou circunstâncias econômicas e políticas favoráveis, o homem sempre acabou por conseguir indesejáveis desníveis quanto a esse bem-estar. Surgiram então, e sempre, as classes sociais mais elevadas, como seria e como será sempre inevitável, mas surgiram também os exageradamente ricos e, entre eles, os inescrupulosamente ricos. Em decorrência, mesmo porque as riquezas geradas são sempre limitadas, apareceram os mais pobres, também naturalmente inevitáveis, segundo o próprio plano de Deus e em consonância com a minha crença. Mas, entre eles, sempre pudemos encontrar aqueles que se tornaram injustamente pobres, desproporcionalmente pobres, a exemplo do extremo oposto onde se encontram os desproporcionalmente ricos, ambos os grupos desproporcionais, mesmo em relação às suas diferenças quanto à inteligência, ao talento, ao esforço e à iniciativa.

Teorias econômicas, políticas e sociais sempre surgiram, quer para justificar ou explicar tais discrepâncias, quer para tentar eliminá-las.

Como a questão social se agravou durante o século passado, o século XIX, cujas causas remontam à segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, surgiu o socialismo, que deu origem ao marxismo, entendendo que as injustiças sociais advinham da propriedade dos bens de produção, advogando a sua socialização, através do Estado, e propondo uma sociedade sem classes. Como se baseou em pelo menos dois grandes equívocos, a igualdade social dos indivíduos e a sua natureza, que seria muito mais angelical do que humana, única forma de comportar o modelo social proposto, essa doutrina teria forçosamente que sucumbir.

Em contrapartida, surgiu o liberalismo, e depois o neoliberalismo, apoiados na idéia de liberdade – levada ao extremo – e elegendo o capitalismo como o sistema econômico ideal, amparado este no poder e na força do capital, e apresentando-se como “o único caminho de salvação para o mundo, e, assim, justificar o sacrifício de uma multidão de excluídos como algo passageiro e necessário em vista de um futuro paraíso que virá com o domínio do capital, quando, então, haverá bens para todos”. (Texto-base da CF-99). A história econômica e social do século XX demonstrou o equívoco da concepção liberal, pelo menos no que se refere à justiça social. Acumulou riquezas, é inegável, mas nunca soube – ou nunca quis – reparti-la com inteligência e com critério.

Mais tarde, - parece-me que a Igreja pensa muito mais do que age - o mundo católico também se pronunciou, na pena do papa Leão XIII, em 1891, com a encíclica *Rerum novarum*. Essa encíclica iria mudar os rumos da história, no que se refere à questão social.

Mesmo sem entrar no mérito das questões puramente técnicas da Economia, conforme observaram muito bem os pontífices que escreveram sobre a questão social, a Igreja, ocupando-se principalmente das questões éticas e morais que permeiam não apenas as atividades econômicas, mas também as políticas, conseguiu construir uma verdadeira ciência social, a Doutrina Social Cristã, a partir de uma sistematização das implicações sociais do cristianismo.

Sem entrar no mérito nem nos meandros das discussões teológicas surgidas nas conferências de Medellín e Puebla, digo apenas que a Igreja católica sempre fez a sua opção preferencial pelos mais pobres e pelos marginalizados, atendendo, aliás, aos ensinamentos de Jesus. Porém, comportou-se sempre como se o sistema econômico fosse um dado do problema e não uma variável que, eventualmente, pudesse ser modificada.

Uma outra característica bem típica quanto ao comportamento da Igreja católica é que ela, já há bastante tempo, vem se limitando a examinar a questão social, a ponderar e a fazer recomendações, quando não a lamentar simplesmente os fatos. A Igreja passou por uma fase em que, não detendo mais nenhum poder temporal como nos velhos tempos, simplesmente assistia, criticava e recomendava. Não participava, imaginando talvez a Política como uma das faces mais temíveis do próprio Satanás. Mas essa posição iria sofrer uma profunda mudança, a partir de João Paulo II, conforme veremos mais adiante.

É também importante lembrar que falo de uma época em que a Igreja pensava e agia, se é que agia, como se fosse constituída unicamente pelo clero e fazendo total abstração dos leigos, como se eles não existissem ou não fizessem parte da Igreja.

Mas enquanto a Igreja se retraía politicamente, com algumas exceções que estariam reservadas aos leigos, já em meados deste século XX, com uma atividade política baseada na Democracia Cristã,

idealizada 100 anos antes por Frederico Ozanam, enquanto a Igreja se retraía politicamente o mundo caminhava e se transformava.

03- A VERDADE HISTÓRICA NO BRASIL

Até 1930, mais ou menos, o Brasil vivia de uma economia agrícola, exportadora no caso do café e de alguns outros produtos, e vivendo mais no campo do que nas cidades, economia essa que se baseara inicialmente no trabalho escravo, depois substituído aos poucos pelo dos imigrantes.

Com a introdução do seu segundo modelo econômico, o modelo de substituição das importações, surgiram condições econômicas para que se estratificassem e se cristalizassem as classes sociais tais quais as conhecemos hoje:

- O empresariado, tanto o industrial como o rural e o de serviços (os banqueiros, principalmente).

- A classe média, comumente dividida em alta, média propriamente dita e baixa.

- Os militares, que, a rigor, também pertencem à classe média.

- Os profissionais liberais, também incluídos nas três categorias da classe média.

- Os funcionários públicos.

- O proletariado.

- Os aposentados, que começaram a surgir um pouco mais tarde.

A classe mais sofrida, o proletariado, onde se encontram quase todos os excluídos socialmente, firmou-se em definitivo como uma classe social de peso a partir dos anos 30. Já nos anos 50 apresentava-se relativamente bem organizada, com o florescimento de sindicatos e associações profissionais, além das federações e confederações. Foi nessa época que surgiram os sindicatos rurais e as ligas camponesas. Mais tarde vieram as centrais sindicais, com respeitável poder político, mas assistindo, em pouco tempo, ao declínio do sindicalismo, a partir do início dos anos 90.

Do ponto de vista essencialmente político, neste século tivemos, como é sabido, presidencialismo puro, ditadura, uma pequena experiência parlamentarista e autoritarismo militar, mas o que transpareceu acima de tudo isso, principalmente entre a 1ª Guerra Mundial e a Revolução de 1964, foi aquilo que se chamou “populismo”, representado principalmente por Getúlio Vargas e alguns outros, embora menos carismáticos. O espírito populista de Vargas foi sempre o mesmo, tanto como ditador (1930-1945) quanto como presidente eleito (1951-1954).

Politicamente, a marca registrada deste século, a exemplo de outras épocas, no Brasil ou fora dele, foi o “braço-de-ferro” praticado constantemente entre as forças econômicas e sociais vistas linhas acima. E nessa luta vence sempre quem é mais forte, ou mais organizado, ou mais ousado, ou ainda, mais hábil. Por tal razão, é fora de dúvida que o proletariado quase sempre levou a pior. Não por ser mais fraco, porque não era e não é. Não por ser desorganizado, o que também seria falso. Mas porque nunca foi ousado e sempre foi - e continua sendo - menos hábil e menos preparado que os demais.

As suas primeiras conquistas sociais caíram-lhe do céu pelas mãos de Getúlio Vargas. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é de 1934 e disciplina, entre dezenas de outras coisas, o reconhecimento dos sindicatos e das associações profissionais, a atuação da Justiça do Trabalho e dos Contratos Coletivos de Trabalho. Paralelamente, desenvolveu-se uma lei de Acidentes do Trabalho. A Previdência Social data de 1923, tendo sido estruturada em 1960, com a Lei Orgânica da Previdência Social. Ainda na década dos 60 veio o Estatuto do Trabalhador Rural. Depois de somarem, esporadicamente, algumas melhorias, como o salário mínimo, o 13º salário, o salário-família, etc, as mais importantes conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros, no auge do sindicalismo e da força política dos sindicatos e das centrais sindicais, estão consagradas na Constituição de 1988, porém, sem a contrapartida do processo produtivo; vale dizer, sem ter quem “pague a conta”, o que tornou tais conquistas praticamente inócuas.

A característica mais marcante dessa inabilidade política fica por conta da falta de autenticidade e representatividade de seus líderes, como regra geral, mas evidentemente não de maneira absoluta. Basta ver as “regras do jogo” do sindicalismo que lhes “caiu do céu”, basta ver as ingerências patronais e governamentais, principalmente as de caráter financeiro, fatos que a História consagrou pelo nome de “peleguismo”.

Quanto às demais forças no “jogo-de-empurra” do século, a história desse mesmo século mostra e prova que continuam sem ter muito do que reclamar, a não ser a classe média - a rigor, também proletária - que invariavelmente tem sido “esfolada”.

Esse é o quadro social que se apresenta como “pano de fundo” para as transformações que passariam a ocorrer neste fim de século e de milênio.

04- A CONJUNTURA ATUAL

O mundo caminha rapidamente para o terceiro milênio experimentando transformações jamais vistas, não apenas quanto à profundidade ou dimensão, mas principalmente quanto à velocidade com que ocorrem.

Sendo fatos do mundo atual e que não conseguem passar despercebidos para ninguém, a não ser para aqueles muito marginalizados culturalmente ou segregados em termos de comunicações, ou ainda para os distraídos, que sempre existem, vou passar ao largo de uma pura citação dos grandes feitos científicos e tecnológicos da humanidade, neste fim de século e de milênio, para me restringir a uma apreciação das decorrências sociais de todo esse processo.

Sem dúvida, a mais importante delas é o assustador abismo que passou a existir entre os mais ricos e os mais pobres, com a crise do emprego pontificando como uma das causas mais expressivas desse enorme desequilíbrio.

Recente pesquisa, publicada pela Folha de São Paulo em 30/06/96, garante que, para 1/3 dos brasileiros, a questão do desemprego é o principal problema do país, sendo que, entre os nordestinos, 42% pensam assim. Ainda segundo essa pesquisa, 64% dos entrevistados acham que a situação vai piorar.

Todos têm razão. O problema é sério, muito sério mesmo.

O desemprego e o subemprego, notadamente neste fim de século, são fenômenos mundiais. Sendo mundiais, não há por que perder tempo buscando suas causas nas doutrinas ou políticas econômicas e sociais, nos governos, nos regimes ou seja lá onde for. Não residindo necessariamente nas doutrinas, mas nas mentes, que centralizam as atividades econômicas no dinheiro e não no homem, o problema deriva, eu diria, naturalmente, de mudanças muito rápidas e profundas ocorridas na organização econômica mundial, onde o processo de globalização, de informatização e um espantoso desenvolvimento científico e tecnológico vão deixando de lado a utilização de mão-de-obra, a começar pela menos qualificada. O que faltou foi competência, como também faltou visão política para evitar que tais fatos agravassem a questão social, a um só tempo uma temeridade política e uma falta de solidariedade humana. Ao liberalismo, por exemplo, se tem sobrado teoria, tem faltado humanismo e juízo, pois se nunca entendeu o lado humano da distribuição da renda, tinha pelo menos a obrigação de entendê-la pelo seu lado econômico.

Ainda em termos mundiais, a revolução tecnológica, combinada com uma política liberal, provocou um enorme aumento da riqueza e, ao mesmo tempo, agravou as desigualdades sociais. É evidente que há um erro muito sério quanto aos rumos seguidos, no que se refere à socialização dessa riqueza, isto é, no que se refere à distribuição da renda.

No caso brasileiro, as alterações políticas e conjunturais da economia nos forçaram a uma busca desesperada pela eficiência e pela produtividade, com o conseqüente corte de postos de trabalho e com a tercerização. Não é por acaso que a relação “produção industrial por empregado” tenha crescido bastante e tenha chegado a 85% num só ano. Trata-se de um índice, trata-se apenas de um número que, para ser melhor, basta que se diminua gradativamente um dos seus componentes, isto é, o número de trabalhadores, como tem sido. Mas e daí? Teremos então um outro número, que é melhor do que o anterior. E o índice de emprego, como fica? E a distribuição da renda, como fica? Aumenta o subemprego, aumenta a economia informal, aumentam as crises sociais, diminui a arrecadação de impostos também porque cai o consumo, dificultando os investimentos e a prestação de serviços essenciais do setor público, completando-se então o ciclo, o triste ciclo.

Como eu disse antes, há um erro de rumo nesse processo. Alguém está se apoderando dessa riqueza, não está havendo nenhuma preocupação quanto à sua socialização.

Para quem não entendeu, vou explicar melhor. É verdade que está havendo um aumento da riqueza, tanto em termos mundiais como no caso brasileiro, mas também é verdade que,

paradoxalmente, tem mais gente desempregada, tem mais gente ganhando menos. Por onde anda essa riqueza? Será que, depois de tanto tempo, teremos de admitir, muito a contragosto, que Marx tinha razão? O que a nossa inteligência e a nossa cultura negavam, a História parece agora confirmar. Mas ainda há tempo para continuar negando Karl Marx. Depende apenas de nós mesmos.

Apesar das teorias, econômicas ou sociais, a humanidade continua tendo os famintos e os miseráveis, infelizmente cada vez mais numerosos e com diferenças cada vez mais gritantes entre os privilegiados e os excluídos. Tais diferenças, bem nítidas entre os indivíduos, também se observam entre bairros inteiros, entre cidades ou regiões e entre nações.

O Brasil não é muito diferente do resto do mundo. Aqui, os problemas sociais não surgiram com o desemprego; agravaram-se com ele. A criminalidade, a violência, o problema das drogas, o menor abandonado e o menor delinqüente são apenas alguns dos problemas sociais crônicos, nossos velhos conhecidos, que se agravaram significativamente com a crise do emprego. Educação, saúde, moradia, transportes, analfabetismo, déficit previdenciário, fome, desigualdades regionais, agressão ao meio ambiente, crise ética e moral, etc, são mais alguns dos nossos problemas que se agravam há pelo menos 50 anos, com a crise do emprego e mesmo antes dela, mostrando - e provando - que continuamos tendo uma crise de governo.

Ao lado do desemprego, um dos nossos mais importantes problemas é o da distribuição da renda.

Embora existam economistas que entendem ser a concentração da renda mais importante para o desenvolvimento econômico do que a sua redistribuição, situo-me entre aqueles que sustentam ser uma boa e justa distribuição da renda fundamental para esse desenvolvimento, de vez que, mesmo significando uma possível diminuição da parcela destinada à poupança e ao investimento, essa melhor distribuição da renda aumenta o consumo, o que é vital para a produção e para a economia como um todo. Além disso, há que se considerar a questão social, objetivo máximo de toda a atividade econômica.

Como vou concluir no final deste tópico, o grande problema da humanidade, neste fim de século - sem falar na crise ética e moral - é o abismo quase intransponível que existe entre os ricos e os pobres.

É possível medir esse abismo. Essa desigualdade quanto à renda costuma ser medida pela comparação entre os rendimentos dos 10% mais ricos e os dos 40% mais pobres. Em 1997, o montante da renda dos 10% mais ricos (48,21% do nosso PIB) foi 6,79 vezes maior do que o total da renda dos 40% mais pobres (7,10% do PIB). Nos 16 anos anteriores, a menor diferença foi em 1981 (5,64 vezes) e a maior foi em 1989 (8,08 vezes). Porém, existe um dado ainda mais gritante. Calculada a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres, ainda no caso do Brasil, a renda dos mais ricos, em 1997, foi quase 29 vezes maior do que a dos mais pobres, colocando o nosso país numa posição quase extrema, na classificação mundial. Em pelo menos 12 países, essa proporção é igual ou inferior a 5: Holanda, Bélgica, Hungria, Japão, Alemanha, Suíça, Finlândia, Noruega, Iugoslávia, Irlanda, Israel e Espanha. Na Argentina, essa proporção é igual a 10. Estamos em situação pior do que muitos países, vários dos quais raramente tomamos conhecimento: Barbados, Uganda, Trinidad e Tobago, Bahamas, Costa Rica, Maurício, Zâmbia, Botsuana, Costa do Marfim, Fiji, Quênia, Malásia, Nepal, Peru, República Dominicana e outros.

Em síntese, a verdade mais crua e mais doída neste fim de milênio é que a humanidade se enriqueceu economicamente, decorrência natural do seu desenvolvimento científico e tecnológico, mas que, não tendo sabido - como jamais soube - distribuir equitativa e inteligentemente as riquezas geradas, graças a uma escandalosa inversão de valores ao colocar as atividades políticas a serviço das atividades econômicas, aprofundou a questão social, contrária à idéia de solidariedade e negação absurda do ideal econômico, isto é, de que sejamos todos ricos.

05- A POSIÇÃO DO CLERO E DOS LEIGOS

Cansada de tanto apanhar no “fogo cruzado” entre os que detêm o poder econômico e a força política, de um lado, e aqueles que lutam pela vida e pelos seus direitos de filhos de Deus, do outro, estes sem o concurso da economia e sem a ajuda da participação política, a Igreja parece ter acordado para a realidade social que a cerca, não necessariamente por uma decisão clerical, mas basicamente por

uma conscientização do mundo leigo do catolicismo, força viva dessa mesma Igreja, mas até então dormente. Não se pode, contudo, esquecer a posição firme do papa João Paulo II, nesse aspecto.

O tema da Campanha da Fraternidade, em 1999, “A Fraternidade e os desempregados”, sob a força do seu lema “Sem trabalho... por quê?” é uma evidência de que o mundo cristão no Brasil - falo basicamente do mundo católico - decidiu finalmente “arregaçar as mangas”, acredito que movido muito mais pelas circunstâncias do que pela sua índole, bem mais afinada com os bancos das igrejas, ainda que desertas nos dias que correm, do que com a realidade, às vezes até repugnante, dos seus irmãos pela fé, pelo sangue ou pela bandeira que os cobre a todos. A comunidade cristã brasileira parece ter descoberto, finalmente, onde está o próximo de quem Jesus falava, quem é ele e o que precisa ser feito por ele. A bem da verdade, as preocupações e as atividades sociais sempre existiram, mas estiveram sempre bem longe de satisfazer a todas as necessidades.

A análise que o texto-base da Campanha da Fraternidade deste ano faz dos fatos, baseada num sem número de dados e num desenvolver de raciocínio bastante lógico, claro e contundente, merece respeito e aplausos. O “VER”, a primeira parte desse texto, é um documento sério e adulto, que precisa ser necessariamente considerado por aqueles que se dispõem a buscar soluções efetivas para a questão social, especialmente no caso brasileiro.

A curiosa e oportuna distinção que faz entre o trabalho associado ao emprego e ao salário e o trabalho não remunerado, ligado, por exemplo, ao lar ou à comunidade, retomando as reflexões de João Paulo II, na *Laborem exercens*, é um enfoque não meramente retórico nem literário, mas algo bem mais sério e profundo que, muito provavelmente, poderá estar na base da procura por um modelo social alternativo, que poderá suportar as alterações já verificadas no sistema de produção e trabalho. Volto a esse tema mais adiante.

A crítica que faz à filosofia econômica, centrada no dinheiro, pelo dinheiro em si mesmo e não como um meio de fazer circular bens e serviços, isto é, riquezas palpáveis, talvez entendida pelos seus críticos, mas certamente não enfocada por estes com isenção e objetividade, essa crítica ao dinheiro, procurando fazer com que as atividades econômicas, bem como as riquezas aí geradas, se voltem para o homem, de vez que ele - e somente ele - é o sujeito e o objeto de tudo o que se produz ou o que se faz sobre a face da terra, essa crítica entra no âmago da questão, vai diretamente ao ponto. Se existe alguma solução - e ela existe - para a questão social no mundo de hoje, essa solução tem início nessa filosofia econômica, que precisa colocar o homem no centro, simultaneamente como sujeito e como objeto de todas as atividades, como aliás sempre foi a posição da doutrina social da Igreja, pelo menos a partir de Leão XIII. Em algum lugar de Uma Escola Social, 2ª edição (D. Aramzadi e C. Giner) lê-se: “Cada um dos seres humanos é e deve ser o fundamento, o fim e o sujeito de todas as instituições em que se expressa e se realiza a vida social; cada um dos seres humanos, considerado na realidade daquilo que é e que deve ser, segundo a sua natureza intrinsecamente social”. Aliás, esse é o princípio fundamental da Doutrina Social Cristã, que se encontra assim formulado na encíclica *Mater et Magistra*, do papa João XXIII.

Infelizmente, o texto-base da CF-99 faz uma mescla não muito feliz entre as questões técnicas da economia (e da Economia) e as questões doutrinárias e teológicas que, embora válidas para o cristão, não o são para o todo da sociedade, especialmente para os críticos, para os especialistas em teoria econômica, para os homens que governam e para os políticos em geral. Estes se aproveitam de tais deslizes para ridicularizar um trabalho que apresenta méritos inegáveis. Como se sabe, esses indivíduos, embora marcadamente cristãos, principalmente quando se apresentam como candidatos a cargos eletivos, costumam se dissociar dessa condição enquanto críticos, enquanto economistas ou sociólogos, enquanto governos e, sobretudo, enquanto políticos. O difícil é saber por quê.

Enfim, a mensagem claramente exposta no texto-base da CF-99, embora com alguns deslizes técnicos quanto às interpretações ou posições assumidas, deixa bem nítida uma preocupação bastante séria e muito bem fundamentada quanto ao nosso modelo social, corolário direto do modelo econômico do qual nos servimos já faz bastante tempo.

Embora não claramente definido, mas suficientemente dedutível das entrelinhas, o texto diz ao cristão de hoje - e diretamente ao cristão brasileiro - que a Igreja, não apenas a católica, mas as demais Igrejas cristãs também, e não apenas por meio da hierarquia eclesiástica, mas também - e, quem sabe, principalmente - por meio dos leigos, organizados, conscientizados e firmemente decididos, esse texto informa que a Igreja, assim entendida, está dizendo ao cristão brasileiro de hoje que ele precisa

efetivamente sair a campo, em todos os níveis, para ir buscar, politicamente, a justiça social de que tanto se fala, mas que, em termos práticos, parece estar cada vez mais distante.

Logo depois da CF-99, a Igreja tornou mais clara e mais explícita essa posição ao publicar o documento 62, da série “Documentos da CNBB”, onde se define de maneira inequívoca sobre “Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas”.

Depois de uma análise mais ou menos longa e teologicamente intrincada quanto ao conceito de leigo, quanto à missão da Igreja (hierarquia e leigos) e quanto aos ministérios do laicato, sejam eles específicos deste ou sejam extensões daqueles ministérios que são próprios do clero, o texto se torna mais ameno e mais acessível aos “leigos” no assunto quando chega às suas orientações práticas, evidentemente com uma boa fundamentação teológica.

Entre essas orientações, é possível encontrar pelo menos 18 referências à atividade política, algumas mais específicas e diretas, outras, mais discretas. Na página 101, por exemplo, depois de dizer que “a experiência no mundo da Política tem-se revelado difícil aos leigos cristãos”, afirma o documento da CNBB: “Devido ao preconceito, muito comum, que considera a Política como algo sujo, as comunidades cristãs nem sempre confiam naqueles que, mesmo saindo do seu meio, assumem essa tarefa na sociedade civil. Muitos se queixam de que ao assumir uma opção político-partidária se sentem abandonados pela comunidade cristã de origem”. Depois de fazer observações como essas, esse documento nos orienta, dizendo que “cabe às comunidades cultivarem atitudes concretas de apoio, acompanhamento e formação permanente aos que despertam para essa vocação”. E acrescenta, no nº 132: “A transformação da sociedade não será possível sem as transformações das estruturas de poder hoje existentes. Por isso, além da saudável e necessária participação de cristãos na política partidária, é necessário incrementar os grupos de reflexão e de acompanhamento das atividades políticas...”.

Essa guinada da Igreja para a Política começou com o papa João Paulo II. Já em 1981, na encíclica *Laborem exercens*, o papa fez uma proposta de revisão no sentido do trabalho, proposta essa muito bem retomada e desenvolvida no texto-base da Campanha da Fraternidade de 1999, como observei linhas acima.

Logo depois da encíclica *Sollicitudo rei socialis* (1987), na qual o papa aprofundou as reflexões sobre a questão social, foi publicada, em 1988, a exortação apostólica *Christifideles laici*. Nela há um convite franco e aberto aos leigos, especificamente aos leigos, para a participação no mundo da Política. No nº 42, por exemplo, lê-se: “Os fiéis leigos não podem abdicar da participação na Política”. Pelo menos toda a segunda parte da *Christifideles laici* é uma exortação à atividade política, como um dos caminhos disponíveis – e amparados pela ética – aos cristãos para a reforma das estruturas e principalmente dos costumes, rumo ao bem comum.

Esse convite também surgiu de maneira clara depois das visitas do papa João Paulo II a Puebla e Santo Domingo.

As demais Igrejas cristãs, à exceção da Igreja católica, tiveram essa consciência bem mais cedo do que nós, os católicos. Mas conseguimos descobrir, enfim, clero e leigos, que a Política não é, em si mesma, um pecado. Conseguimos entender, finalmente, que a atividade política, decorrência natural da necessidade que tem o homem de viver em sociedade, é apenas mais um dos instrumentos que o próprio Deus colocou em nossas mãos (ou, mais especificamente, em nossas cabeças) para que pudéssemos nos desenvolver pessoal e socialmente, material e espiritualmente, rumo a Ele.

Parece-me claro que chegou a nossa hora e a nossa vez, agora sem temores infundados e sem dramas de consciência. E não era sem tempo.

06- O CAMINHO CRISTÃO PARA AS SOLUÇÕES

Estou convencido de que as verdades do Evangelho, fundamentais, precisam se constituir na força e na inspiração necessárias para a atividade política, atividade essa absolutamente indispensável, de vez que **nada existe do ponto de vista social que possa ser conseguido de outra forma que não seja pela via política.**

Como outros já o fizeram, defino Política como sendo a ciência, a arte e a virtude, através de cuja atuação e de cujo exercício se consegue realizar o bem comum.

Qualquer sociedade busca o seu bem-estar, tanto econômico quanto social, tanto material quanto espiritual. Bem-estar, queiramos ou não, está sempre associado à idéia de justiça social. Sem essa justiça, não pode haver bem-estar coletivo.

Para atingir esses objetivos são necessários meios, recursos; em outras palavras, são necessárias riquezas. Como essas riquezas não caem do céu - e nem devem cair - é preciso buscá-las, gerando-as, nas atividades econômicas; vale dizer, no trabalho.

Mas ocorre que essas coisas não acontecem ao acaso, de maneira disforme e desordenada. É preciso que se estruturem, que se organizem e que se situem da maneira mais racional possível, a fim de que os resultados, além de certos, sejam os melhores. É aí que entra a Política. Como coordenadora, como um gerenciamento racional, inteligente, que, orientando a economia e administrando as riquezas, promove o bem-estar e garante a justiça social.

Acredito que comecei como devia, nesse conceito, mas é preciso entender exatamente, e muito bem, o que é justiça social.

Se a atividade econômica é a base e a fonte geradora de riquezas e se a Política é a ciência, a arte e a virtude, através de cuja atuação e de cujo exercício se consegue realizar o bem comum, a justiça social é o objetivo máximo e final que deve e precisa ser atingido por qualquer sociedade, a fim de que possa proporcionar, a cada um daqueles que a compõem, conforto, liberdade, direitos, igualdade, dignidade, propriedade, segurança, prosperidade econômica e social, etc.

A palavra *justiça* por si só implica na ausência de paternalismo. Conforto, liberdade, igualdade, direitos, dignidade, propriedade, segurança, prosperidade econômica e social, etc, não são dádivas de Deus, são conquistas que estarão sempre na dependência da inteligência, do talento, do esforço e da iniciativa de cada um. Além dos limites individuais dessa inteligência, desse talento, desse esforço e dessa iniciativa, nada poderá concorrer para que tais conquistas não se concretizem. A atividade econômica, como base e geradora de riquezas, e a Política, como meio de direcionar a economia e de administrar as riquezas geradas, concorrem para que se criem as condições necessárias a tais conquistas. Fora disso, tudo não passará de paternalismo, num dos extremos, ou de injustiça, no outro, com o aniquilamento da dignidade da pessoa humana em ambos os casos.

Justiça social não significa, portanto, a divisão em partes iguais de todas as conquistas da sociedade. Significa que cada um deve receber segundo os seus méritos. Caso contrário, não seria justiça, seria paternalismo, esmola ou outra coisa qualquer.

Na *Rerum novarum*, o papa Leão XIII nos lembra das desigualdades naturais que existem entre os filhos de Deus e observa que será sempre dentro dessas desigualdades que cada um deverá desempenhar o seu papel social, na busca do bem comum e na construção do reino de Deus entre os homens.

Apesar das desigualdades, todos somos iguais quanto à natureza e quanto à dignidade, que é intrínseca, inalienável, própria de cada um de nós. Daí derivam os direitos naturais: o direito à vida, à dignidade, ao trabalho, à moradia, etc. Mas, como nos lembra padre Ávila, não existem apenas os direitos naturais; temos que nos lembrar também dos deveres naturais, como o dever da justiça e o dever do amor. Se existem várias categorias de justiça, sendo a justiça social apenas uma delas, existe apenas uma espécie de amor, aquele que, por prescrição divina, deve ser dirigido ao próximo, como a nós mesmos, única maneira de, simultaneamente, se amar a Deus. Se o mandamento máximo é amar a Deus e ao próximo como a nós mesmos, daí resulta que não conseguiremos jamais nos santificar, com vistas a estar com Ele, a não ser pela promoção – material e espiritual – daqueles com quem convivemos. Isto tem um nome: *solidariedade*.

Teremos que ser suficientemente sábios para sermos solidários e, ao mesmo tempo, justos. Se formos solidários e justos, individualmente, acabaremos por promover a justiça, socialmente.

Economia, Política e riquezas têm conceitos e significados rigorosamente atrelados a esse contexto, isto é, têm que buscar o bem comum. Fora disso, perdem totalmente a sua razão de existir.

Daí se deduz, e fica implícito, que é sempre exigida a participação de cada indivíduo. Cada um tem que cuidar de si e fazer a sua parte, em benefício próprio e dos demais. Como isso não acontece na maioria dos casos, existindo sempre os mais fracos e os menos ativos, ou os mais preguiçosos, e como a distribuição equitativa das riquezas é algo que interessa ao conjunto da sociedade, deduz-se que a atividade política é, teórica e genuinamente, uma atividade nobre, voltada para o bem comum. Mas é

preciso que o seja também na prática, missão irrecusável que é dada ao político cristão, mas cristão não apenas porque foi batizado.

Como se disse acima, é impossível uma concepção de Política fora desse contexto.

É a esse contexto que precisamos estar vinculados, não apenas enquanto cristãos e católicos, mas também enquanto cidadãos conscientes e decentes. Para mim, é impossível conceber Política fora dele. Fora da definição inicialmente colocada, além dos limites do conceito acima estabelecido e além dos horizontes determinados pela abrangência que espero ter ficado implícita, tudo o que exceder a isso, tudo o que não puder estar rigorosamente embutido ou incluído na filosofia básica acima explicitada, tudo isso, segundo penso, estará fora dos limites éticos e morais da ciência política, tal qual imagino. Para mim, Política é isso, rigorosamente isso, sem contra-oferta.

O cristão precisa abraçar a Política rigorosamente em cima dessa perspectiva. Precisa entendê-la e praticá-la nesses termos, apenas nesses termos. Se não o fizer, não estará atendendo às exigências de Deus, como também não estará satisfazendo aos reclamos da sociedade em que vive.

Essa procura pelo bem-estar individual e coletivo enfrenta uma questão bastante séria nos dias que correm. A revolução científica e tecnológica, aliada aos avanços da Informática, reduz cada vez mais os postos de trabalho, gerando desemprego, apesar de acumular riquezas, como já vimos. Se o processo continuar indefinidamente, como é hábito na história, chegar-se-á a um momento em que esse processo vai se saturar, isto é, o desemprego será tão grande que, não podendo haver consumo, não haverá razão para se produzir. Nesse ponto, os responsáveis pela oferta de emprego e de produção, isto é, o mundo econômico, certamente irão rever o modelo, fechando-se o ciclo, e uma solução será inevitavelmente encontrada. Mas, nesse momento, em que provavelmente se assistirá à redenção do trabalho, conforme preconizou o papa João Paulo II na *Laborem exercens*, talvez em todas as suas conotações filosóficas, nesse momento algumas gerações terão certamente perecido, vítimas da fome e da injustiça social.

Ao político inteligente compete prevenir e evitar tal coisa, que não interessa à sociedade, inclusive do ponto de vista econômico. Ao político cristão é exigido que altere, já e agora, essa sombria expectativa. Para tanto, ao cristão não basta ser político; é preciso que ele também seja inteligente.

No caso brasileiro, entre tantas questões básicas destinadas aos políticos, mas principalmente aos políticos cristãos, vou me restringir a apenas três, que me parecem ser as mais importantes, ao menos como ponto de partida. E vou apresentá-las da maneira mais sintética que me for possível e fazendo uma apreciação bem sucinta de cada uma delas: o povo que somos, os governos que não temos e o nosso perfil político.

Entendo que o povo brasileiro, enquanto povo propriamente dito, é carente ao extremo quanto à cultura; digo até que o nosso povo não é civilizado, na verdadeira acepção do termo.

Nessas condições, esse povo precisa, no mínimo, de escola, mas de uma escola entendida no seu sentido mais amplo e completo, que consiga dar a cada um de nós não apenas uma visão cultural *do* mundo, mas também *de* mundo.

Entendo ainda que uma das mais sérias deficiências do nosso povo seja a sua falta de consciência política, de conhecimento - teórico e prático - de Política. Da associação dessa deficiência com a falta de escola e de cultura resulta uma lamentável falta de discernimento político, uma deplorável inexistência de uma consciente participação política, o que nos leva a determinadas "elites" políticas e dirigentes provincianas, com idéias curtas e visão exageradamente estreita. Aliás, esse é o perfil médio do político brasileiro.

Ao mesmo tempo, é importante e necessário que o político cristão, nas condições acima definidas e nos termos do chamamento da Igreja, conforme vimos antes, se convença de que precisa - **inadiavelmente, precisa** - assumir os postos de comando neste país, em todos os níveis, buscando as soluções cristãs, isto é, humana e socialmente justas, desde a assistência e o desenvolvimento social de uma comunidade de favelados, por exemplo, até a fixação de uma política internacional que vise uma verdadeira comunidade de nações, como se prevê em nossa Constituição, no seu artigo 4º. **O político cristão precisa substituir os governos que não temos tido.**

O terceiro ponto diz respeito ao perfil político do povo brasileiro.

No Brasil, o que transforma o indivíduo num político não é o talento para a política, mas a oportunidade aberta pela fama ou pela casualidade.

Nesta nossa terra tupiniquim, o pensamento político é exageradamente simplório e curto. Vou dar um exemplo bem simples e bem típico. O “Zé da Feira” é uma pessoa bem conhecida no bairro. Como em outros casos, o Zé é honesto e bem-intencionado. É bastante popular e tem uma preocupação razoavelmente salutar para com a sua comunidade. Acha que há falta de assistência médica. Sabe que o transporte coletivo no seu bairro é deficiente. Imagina, por isso, que chegou a hora de se eleger vereador. Sua visão não vai além daquele público que lhe compra tomate na feira, mas acha que tem tudo para ser um bom e eficiente político. Sabe que é honesto e bem-intencionado, mas não sabe que isso, embora fundamental, é pouco. Tudo no que ele pensa não vai além de um Posto de Saúde e de uma nova linha de ônibus. Às vezes, nem uma nova linha, mas apenas a mudança do ponto final para algumas esquinas mais adiante. Isso é necessário e a sua preocupação é meritória. Mas é pouco, bem pouco, mesmo para um simples vereador. Alguns meses antes das próximas eleições, os panfletos são distribuídos no bairro e na feira: *Para vereador, vote no “Zé da Feira”. Tudo pelo social. Nascido do povo, não esquecerá o povo quando estiver “lá em cima”.*

E, por vezes, tais “Zés” são eleitos.

Podem ter a força dos votos suficiente para chegarem à Câmara Municipal, ou à Assembléia Legislativa, ou mesmo à Câmara Federal, como teve um determinado índio, em certa ocasião, como teve este ou aquele artista, como tiveram dezenas de homens e mulheres do rádio e da televisão, ou da crônica esportiva ou política, como tiveram vários jogadores de futebol ou representantes de outros esportes, como tiveram muitos outros, movidos pela fama ou pelo dinheiro, mas a verdade é que nunca somaram nada, nunca acrescentaram nada porque nada tinham a acrescentar.

Sendo a Política a ciência, a arte e a virtude, através de cuja atuação e de cujo exercício se consegue realizar o bem comum, é necessário que esteja nas mãos, não de um curioso qualquer, mas de um verdadeiro cientista e, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, nas mãos de um verdadeiro artista.

Sendo ciência, arte e virtude que levam ao bem comum, a Política pressupõe um agente desprendido e capaz, honesto e criterioso, culto e inteligente, sábio e perspicaz. Sem tais atributos, não há como ser um bom político, não há como ter visão política, não há como sobreviver nas artimanhas próprias do entendimento, da argumentação, do acordo, do convencimento, da persuasão, enfim, da negociação, ingredientes básicos e indispensáveis quando se busca o melhor para a sociedade e que represente o pensamento e o desejo da maioria.

Esse é o perfil teórico e ideal para o homem público, no Brasil ou em qualquer outro lugar.

Os políticos que temos tido, principalmente a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, estão astronomicamente distantes do modelo ideal. Seja o “Zé da Feira”, seja o artista ou o homem do rádio ou da televisão, seja o índio, sejam os atletas, sejam os empresários, bem ou malsucedidos, sejam mesmo determinados religiosos, além de milhares de outros sem qualificação profissional bem definida, todos eles, quase sem exceção alguma, mostraram-se não mais do que simples curiosos, nada acrescentaram ao país, não porque não quisessem, mas porque nada tinham a acrescentar. Quem tem rosas oferece rosas; quem tem espinhos oferece espinhos; mas quem não dispõe de nada não pode oferecer coisa alguma.

Temos produzido milhares de políticos apenas para o “varejo”, para o “gasto”, para o “consumo” do dia-a-dia. Bem poucos se projetaram a tal ponto de merecerem um lugar na História.

A Política, na sua essência e na sua natureza, é bastante nobre, divina mesmo, para ser exercida por simples mortais. E nós não temos tido senão deles.

O político cristão, de alguma forma, com o necessário esforço ou empenho, precisa alterar substancialmente esse perfil, o que vale dizer, precisa ser alguma coisa acima de simples mortal.

Uma vez assumido o governo, qual será a nossa missão, como políticos cristãos, na atual conjuntura?

No momento em que escrevo estas páginas, nos primeiros meses de 1999, estamos passando por uma turbulência financeira sem precedentes na nossa história, mas, feitas as reformas, sacudida a “poeira”, reconquistada a credibilidade, estabelecido o equilíbrio financeiro, subjugada mais uma vez a inflação, restabelecida a verdade cambial e atingida a taxa de juros recomendada pela economia e aceita pelo mercado, poderemos então respirar tranquilos? Claro que ainda não, uma vez que teremos concluído apenas o “bate-bola”, restando pela frente todo o “campeonato”, que representa o futuro, futuro que poderemos ter esplendoroso:

01- Se conseguirmos enxugar a nossa divisão político-administrativa, passando a ter estados e municípios economicamente viáveis, minimizando o custo operacional de cada um dos que restarem.

02- Se mudarmos drasticamente as leis que disciplinam a Federação, tornando-a efetiva e fazendo de cada unidade um centro gerador de resultados.

03- Se tivermos a coragem de redimensionar o nosso Orçamento, dando à Educação e à Saúde toda a verba de que necessitam, seja ela qual for. Inclusão, nos diversos níveis da vida escolar, de Formação Política, Cidadania e Expressão Verbal, como disciplinas obrigatórias.

04- Se conseguirmos espalhar cultura, exigindo que cada cidadão atinja o seu próprio limite, e se conseguirmos fazer com que o brasileiro pense.

05- Se conseguirmos eliminar da política e do governo os curiosos, elevando substancialmente o nível do político brasileiro.

06- Se conseguirmos efetivamente implantar uma economia de mercado, mas voltada para o homem e não para o dinheiro, homem esse entendido como criatura de Deus e não como uma peça ou como uma máquina, podendo até estar baseada nas virtudes teóricas do capitalismo, mas – evidentemente – sem as suas distorções de ordem prática, tanto técnicas como éticas e morais, todas elas extremamente sérias. Precisamos deixar ao governo apenas a tarefa de governar, sem atrapalhar.

07- Se criarmos a necessária infra-estrutura para a dinamização agrícola, ocupando de maneira produtiva cada quilômetro quadrado deste país, com um tratamento especial à Amazônia. Precisamos de uma verdadeira reforma agrária, que nada tenha a ver com o que temos assistido.

08- Se conseguirmos industrializar o interior do país, até os limites do tecnicamente possível, do economicamente recomendável e do socialmente necessário.

09- Se conseguirmos irrigar o nordeste, fazendo, inclusive, surgirem as condições de reflorestamento.

10- Se conseguirmos levar, para ocupar os postos de trabalho definidos nos três itens anteriores, toda a população “excedente” das grandes e médias cidades. Assim, resolveremos os nossos problemas do desemprego e do subemprego.

11- Se fizermos renascerem as ferrovias.

12- Se conseguirmos a difícil tarefa de, ao mesmo tempo, qualificar a nossa mão-de-obra e reduzir o custo-brasil, rompendo, inclusive, barreiras de natureza sindical ou trabalhista.

13- Se conseguirmos estabelecer o império da Lei, da Ordem e da Justiça.

14- Se tivermos a coragem de punir energicamente todos os abusos de liberdade, absolutamente todos, e cada uma das afrontas à lei, à sociedade e à sua moral, dado que, sem a reforma dos costumes – que se encontra na base da Doutrina Social Cristã – jamais conseguiremos construir o bem comum.

15- Se nos convenceremos de que a Administração Pública pode ser decente e racional, fazendo-a funcionar nesses termos.

16- Se eliminarmos por completo todos os programas que possam ser classificados de paternalistas, por menor que seja o seu teor, vale dizer, quase todos os programas sociais, de vez que o povo brasileiro precisa de trabalho, que dignifica, e não de esmolas, que ofendem, desrespeitam, aviltam e desvirtuam. É também preciso que nos convençamos de que somos muitos, bastante além da nossa capacidade de produzir, exigindo de nós mesmos limitações quanto à explosão demográfica. A *Rerum novarum*, no seu nº 20, nos mostra que temos deveres outros, além da procriação.

17- Se conseguirmos montar um sistema político, partidário e eleitoral no mínimo decente.

18- Se conseguirmos punir severamente todos aqueles que legislam em causa própria. Precisamos de um “Conselho de Notáveis”, ou de anciãos, que, de alguma forma, esteja acima do Congresso Nacional e que “filtre” as leis, do ponto de vista ético e moral; vale dizer, precisamos de um Conselho de Ética para a República.

19- Se conseguirmos aprender tudo o que se precisa sobre Democracia.

20- Se, no plano internacional, pudermos liderar um movimento para a extinção da idéia, e da prática, de Estados nacionais líderes. Somente a igualdade entre os Estados poderá proporcionar bem-estar para todos, com justiça social. Tanto em nível local como regional, tanto em nível nacional como internacional, a prescrição evangélica do “repartir o pão” pode se confundir com o “distribuir a renda” dos economistas, chegando-se sempre aos mesmos resultados. Se distribuirmos equitativamente a renda,

lucraremos todos, pobres e ricos, enquanto pessoas, pobres e ricos, enquanto países. Não se pode mais aceitar empréstimos internacionais, que aniquilam, mas investimentos, que desenvolvem.

07– O “ABC” DA ATIVIDADE POLÍTICA

Examinemos agora a essência da atividade política e vejamos onde tudo começa, como deve começar e por que deve começar.

Convido-o a pensar nesses problemas: dívida externa, déficit público, delinquência infanto-juvenil, analfabetismo, drogas, déficit previdenciário, cortiços e favelas, menores abandonados, desemprego e subemprego, agressões à Ecologia e ao meio ambiente, impostos, sonegação, corrupção, déficit habitacional, sistema penitenciário deficiente, educação, saúde, fome, violência, estradas intransitáveis, falência do sistema ferroviário, Amazônia, índios, crise ética e moral, desigualdades regionais, governos incapazes, desorganização administrativa.

É certo que nem todos foram citados.

Agora, convido-o a responder: quem são os responsáveis por esses problemas? São apenas aqueles que nos governam?

Independente da sua resposta, peço-lhe que me acompanhe agora na apresentação de algumas idéias bastante simples.

Falando de Política – e, evidentemente, considerando o regime democrático – não se pode aceitar que uma sociedade seja dividida simplesmente em governantes, de um lado, e governados, do outro. Governantes e governados não constituem castas que devam se digladiar constantemente. Pelo contrário, constituem uma só comunidade, constituem um só povo. Em conseqüência, torna-se imprescindível uma forte coesão entre eles, sem a qual jamais se conseguirá atingir o grande objetivo de qualquer sociedade: o bem comum. O papel do governo, qualquer que seja esse governo, é a condução da sociedade rumo ao bem comum. Mas isso jamais será conseguido, a menos que a sociedade esteja organizada de maneira consciente, a menos que a sociedade conheça claramente os seus direitos e cumpra religiosamente os seus deveres.

Nós, seres humanos, dispomos de algumas leis, imutáveis, eternas, que nos foram impostas pela nossa própria natureza. Entre elas, temos necessariamente que viver em sociedade. Daí resultam objetivos comuns, necessidades de todos. O homem dispõe de alguns meios para atingir esses objetivos comuns a toda a sociedade. Um deles é organizar-se politicamente. O partido político é a estrutura legalmente constituída para esse fim.

Não há outra saída. Não há milagres a realizar nem a esperar.

Não há como resolver os nossos problemas, a não ser a partir da nossa conscientização e da nossa organização política, em partidos políticos, como exige a lei brasileira. Todos somos responsáveis, todos temos que participar desse processo, em qualquer nível que seja.

Repito que não há outra saída. Repito também que não há milagres a realizar nem a esperar.

Nessa busca do bem comum, supõe-se o nosso engajamento num partido político decente. Um partido político decente só poderá ser construído por pessoas decentes.

Mas o que se observa no Brasil?

Em termos políticos, a sociedade brasileira apresenta duas características bem marcantes. A primeira delas é um profundo indiferentismo quanto à atividade política. A predominância de homens públicos mal preparados – em geral, corruptos – e, muitas vezes, absolutamente incapazes para o exercício da atividade política, leva o homem de bem, apto e capaz, a se desinteressar por essa atividade. A outra característica é a existência de partidos políticos completamente destituídos de fundamentos doutrinários e ideológicos consistentes; incapazes, portanto, de agregar homens realmente voltados para a causa pública. O pior é que se fala disso há pelo menos 50 anos.

Qual seria, então, a solução? O que nos propõe a nossa consciência? O que nos mostra a Doutrina Social Cristã quanto à nossa responsabilidade política? A que nos conclama a Igreja? Como encarar essa responsabilidade e como atender ao chamado da Igreja? Por onde começar?

É simples, bem simples mesmo: para começar, façamos uma inversão de valores.

Ao invés de continuarmos aceitando, ou pelo menos “engolindo”, o que os políticos nos impõem, ao invés de continuarmos elegendo políticos e partidos sem idéias e sem programas bem

definidos, ao sabor de interesses pessoais ou de grupos, tratemos, nós todos, homens de bem, de fé e de boa vontade, de nos organizar politicamente para:

- traçar o nosso próprio programa;
- eleger os nossos governantes, escolhidos entre nós mesmos, a fim de que executem esse programa por nós elaborado;
- fiscalizar a sua gestão .

Façamos política, portanto, “de baixo para cima”.

A nossa consciência cristã, fortalecida pelo que nos ensina a Doutrina Social Cristã, altamente sábia, não nos sugere nenhuma mágica, nenhum milagre. Sugere, isto sim, um processo pelo qual os homens são substituídos pelas idéias, os partidos políticos se tornem representativos e enriquecidos por programas realmente capazes de realizar o bem comum.

Não há outro caminho.

Em vez de criticarmos a tudo e a todos, em casa, no trabalho, nas rodas de amigos, por que não nos organizamos nós, homens comuns, que vivemos do nosso trabalho honesto, juntamente com parentes, amigos, companheiros de profissão, num partido político digno de nós mesmos? Afinal, cada um de nós não tem os seus próprios interesses, os seus próprios ideais? Se nós todos, juntos, buscarmos o bem comum, não será mais fácil atingir esses ideais?

Para que serve o nosso indiferentismo? Para que serve não votar ou votar em qualquer um? Por que deixar a atividade política sob a responsabilidade de poucos, em geral corruptos, defensores de interesses pessoais e inconfessáveis e, na melhor das hipóteses, incapazes ou mal preparados?

O caminho que se preconiza é simples e perfeito: **a atividade política, longe de ser privilégio de alguns, precisa ser responsabilidade de todos.** É claro que existem vários patamares nessa atividade. Cada um ocupará o seu lugar, de acordo com a sua particular aptidão ou de acordo com o seu particular interesse.

Não estou sugerindo que você creia em mim, nesse ponto. Não estou pedindo que você creia em mim. Mesmo porque isso não é necessário. Mais importante, muito mais importante é crer em você mesmo, crer no seu trabalho, no seu discernimento, na sua honestidade, no seu caráter e, mais que isso e além disso, crer na possibilidade e no dever que você tem de trabalhar não só para si mesmo, mas também para a sociedade como um todo.

Lembre-se de que uma sociedade bem organizada, consciente e bem dirigida é muito importante para cada um dos indivíduos que a compõem. Essencial mesmo. Você é um desses indivíduos.

Eu e você, como de resto, todos, temos necessariamente que mudar o nosso posicionamento cultural, secular, face a algumas questões básicas. Por exemplo, por que continuar pensando que “não tem jeito mesmo; os políticos são incapazes, corruptos, interesseiros, e vai continuar sendo assim”? Ou que “nada se pode fazer porque, afinal, é o governo quem faz e desfaz”? Ou que “os deveres são de todos e os direitos são de poucos”? Ou ainda que “apenas os pequenos são punidos, jamais os poderosos”? Etc, etc, etc.

Não se pode aceitar pacificamente essas coisas. Há incontáveis erros que são cultural e secularmente aceitos por quase todos nós.

Temos que mudar. É preciso mudar. É possível mudar.

Isso depende apenas de nós, de cada um de nós e de mais ninguém.

Se os governantes são incapazes, governemos nós, que não o somos. Se os políticos são corruptos, sejamos nós os políticos, porque não nos corrompemos. Se a sociedade é acomodada, indiferente, sejamos nós os condutores dessa sociedade.

Espero agora que você concorde com a minha conclusão a respeito dos problemas que relacionei no início deste capítulo: todos nós, os que governam e os que são governados, todos nós somos responsáveis, ainda que não igualmente, pelos problemas acima apontados.

A mensagem da Doutrina Social Cristã é bastante clara: a solução dos problemas – econômicos, sociais e políticos – está nas mãos de cada um de nós, cada um fazendo a sua parte. Veja-se, por exemplo, a *Rerum novarum*, de Leão XIII.

No caso dos cristãos bem-intencionados, – a rigor, deveriam ser todos – a atividade política exige fé. Onde existe fé, existem todas as condições para uma atividade política adulta e responsável. Onde existe fé, existem a força e a orientação necessárias para se fazer política de uma maneira diferente, nos termos aqui expostos, buscando-se sempre o bem comum e vivendo-se a Política na sua essência e na sua mais legítima e genuína concepção.

Essa fé de que falo é uma fé abrangente. Fé no Deus que nos criou a todos; fé no Evangelho de Cristo, que nos orienta na vida e nos acena com a eternidade; fé no homem e na sociedade que ele constitui; fé nos meios de que dispomos, inclusive políticos, para a promoção material e espiritual da pessoa humana à nossa volta, e mesmo além dela; fé, portanto, na própria solidariedade.

Mas apenas ter fé é pouco. É necessário algo mais: vocação.

O indivíduo pode ser um cristão muito bem-intencionado, até com excelente formação, mas se não estiver convicto de que o que deseja é a transformação da sociedade por via política, isto é, se não tiver essa vocação, esse indivíduo, embora tenha fé, não pode e não deve pensar em Política, uma vez que esta nos apresenta sempre exigências que ele não pode satisfazer, se lhe faltar vocação. Uma delas é colocar essa atividade, se não como a prioridade maior, pelo menos como uma delas. Se não tiver vocação para a atividade político-partidária, que continue a ser um bom cristão fora dela, nas atividades sociais do seu bairro ou da sua paróquia, nas quais, por certo, continuará recebendo as melhores bênçãos de Deus.

Fé e vocação para a política, para aqueles que pretendem se dedicar à vida pública, são dois requisitos indispensáveis para os cristãos de verdade, além de todos aqueles outros, explícitos, como mostrei no Capítulo 06, ou implícitos nas entrelinhas deste e de outros capítulos.

08- UM GOVERNO SOB O SIGNO DA DOCTRINA SOCIAL CRISTÃ

A Doutrina Social Cristã não é uma simples idéia, não é uma simples teoria. Como eu disse antes, é uma sistematização das implicações sociais do cristianismo. Está bem longe de ser um sistema político. Contudo, entrando nos aspectos éticos e morais das questões econômicas e sociais, apresenta-nos uma orientação segura para a atividade política, ainda que dela pouco fale de maneira explícita, a não ser no que se refere ao encorajamento dos cristãos para exercê-la, notadamente a partir do papa João Paulo II. Quem quiser fazer política saberá como fazê-la – e fazê-la bem – se tiver essa doutrina como base e como programa.

Sem entrar na questão programática, que vimos em suas linhas bem gerais no Capítulo 06, faço alguns comentários rápidos sobre as características básicas de um governo que se fundamente nessa doutrina.

Em primeiro lugar, esse governo tem que ser aberto, competente, eficiente e participativo.

Uma das características mais significativas da pessoa humana é a sua sociabilidade, a sua necessidade íntima e natural de viver em grupos, de trabalhar para si e para a comunidade. Muitas de suas necessidades – talvez todas – só podem ser satisfeitas mediante a colaboração mútua.

Um governo, numa sociedade assim entendida, não pode ter outro objetivo que não seja a condução dessa sociedade em busca do bem comum, em busca do bem-estar de cada um e de todos. Esse é o principal objetivo de um governo estruturado sob a orientação da Doutrina Social Cristã.

Assim sendo, um governo tem que ser necessariamente **aberto**, no sentido de que o seu programa seja conhecido por todos, no sentido de que a sociedade saiba claramente o que se pretende fazer, onde se deseja chegar e entenda – e aceite – que as suas ações representam efetivamente a caminhada correta para a realização do bem comum.

Um governo tem que ser **competente**, no sentido de que ele saiba captar a realidade e saiba sintetizar os anseios da nação, desenvolvendo ações que reflitam essa realidade e esses anseios e que possam significar a condução da sociedade em busca do bem-estar de todos.

Um governo tem que ser **eficiente** e, mais que isso, tem que ser **eficaz**. Objetivos, programas e ações que não representem avanço significativo na busca dos ideais da sociedade estarão descaracterizando o papel desse governo e não merecem ser considerados.

Um governo jamais será aberto, competente e eficaz se não for **participativo**. É absolutamente necessário que a sociedade como um todo participe do governo. A Doutrina Social Cristã preconiza e

nos encoraja para essa participação, em todos os níveis e sob todas as formas. É indispensável que se forme uma sociedade consciente e co-responsável.

Um governo sob o signo da Doutrina Social Cristã prevê, portanto, conscientização, participação e responsabilidade por parte de todos. Propõe alterações profundas no aparelho estatal, tornando-o eficiente e eficaz, aberto, competente, participativo e, portanto, sujeito ao controle da sociedade.

O segundo ponto é a austeridade.

Na medida em que o Pensamento Social Cristão penetra fundo na natureza humana e, a partir daí e da mensagem evangélica, constrói a sua doutrina, está consciente de que não se pode governar uma sociedade alheios às suas mais legítimas aspirações, não só no sentido coletivo, mas também no sentido individual, de vez que o homem será sempre a meta final. Como decorrência, essa doutrina repudia a idéia de favorecer grupos ou pessoas, em detrimento do todo, repudia as práticas de governo que conduzam à ineficácia, em qualquer de seus aspectos.

Objetivamente falando, um governo inspirado na Doutrina Social Cristã tem, necessariamente, que ser austero, tem que ser orientado por normas rígidas e por parâmetros solidamente associados à correção política e administrativa. Não se pode confundir liberdade com liberalidade.

A austeridade prevista pelos cristãos, enquanto políticos, tem alguns aspectos especialmente importantes. Um deles, por exemplo, diz respeito à impunidade. O princípio segundo o qual “todos são iguais perante a lei” tem que ser uma norma rigidamente obedecida. **Numa Democracia, todos têm direitos e todos têm deveres. Num governo democrático, austero e cristão, os direitos são preservados e os deveres são cumpridos.**

A corrupção, apenas para dar um segundo exemplo, tão facilmente detectada e tão dificilmente refreada ou punida, não pode continuar como uma eterna anomalia social, desestimulando a sociedade e desmoralizando os governos.

O bem público é de todos e precisa ser cuidado por todos. Há direitos sociais e morais que precisam ser garantidos e respeitados. Isso também é austeridade.

Um governo austero bane a prática do empreguismo, por ser ineficaz, injusto e solapador dos recursos públicos.

O governo austero dos políticos cristãos significará recursos certos nos lugares devidos e no momento adequado. A lei não poderá favorecer a quem quer que seja, de maneira isolada; não poderá contribuir para o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. Sob a moral da Doutrina Social Cristã, cada indivíduo viverá do seu trabalho, do seu talento, do seu esforço e da sua iniciativa; jamais da nação.

Eu diria que o primeiro passo para um governo ser confiável é ser austero.

O terceiro ponto é a questão da igualdade.

Não tenhamos ilusões. Jamais seremos uma sociedade justa, igualitária e distributiva, por simples decreto. Seria algo insustentável, passageiro, paternalista. Não é esse o caminho indicado pela Doutrina Social Cristã. Não tenhamos ilusões, também, quanto às possibilidades de uma solução a curto prazo.

O melhor caminho rumo a uma sociedade justa, igualitária e distributiva é o conceito de igualdade, em termos de oportunidades para todos.

A Doutrina Social Cristã consegue sobrepor a idéia de igualdade às desigualdades individuais. As pessoas são diferentes quanto às condições físicas, quanto à inteligência, quanto ao talento, quanto ao esforço, quanto à iniciativa. Nunca é demais repetir que tais diferenças colocarão os indivíduos em posições diferentes, em classes sociais diferentes. Isso é perfeitamente humano e natural. Porém, sob o ponto de vista intrinsecamente humano, são pessoas com a mesma natureza, com a mesma vocação para Deus e com os mesmos direitos. Aí, somos todos iguais.

A Doutrina Social Cristã, respeitando as diferenças individuais, coloca-se em defesa da igualdade, como idéia mestra, como ponto de partida. Assim sendo, deve haver igualdade na aplicação da justiça, na preservação dos direitos, na manutenção da dignidade da pessoa humana, dignidade essa traduzida em termos de moradia, educação, saúde, transporte, previdência, segurança, etc.

Tendo em vista a igualdade dos desiguais, uma filosofia política baseada na Doutrina Social Cristã considera que todos os indivíduos devam ter as mesmas oportunidades. Nenhum ser humano pode nem deve ser condenado a viver atrofiadamente por força de circunstâncias externas adversas, tais como a ignorância, a miséria ou a doença.

Os políticos cristãos trabalham pela instauração de uma verdadeira Democracia, na qual todos tenham as mesmas oportunidades e participem efetivamente dos benefícios e responsabilidades da vida econômica, social, cultural e política.

O quarto ponto, rigorosamente nos termos da Doutrina Social Cristã, diz respeito aos deveres específicos do Estado.

Como o responsável pelo bem comum, ao Estado compete intervir no campo econômico e social, visando proteger os mais fracos (*Mater et Magistra*), bem como garantir a propriedade e a paz, além de evitar a corrupção dos costumes (*Rerum novarum*). Ainda de acordo com o que escreveu João XXIII na *Mater et Magistra*, compete ao Estado criar condições para a ação da iniciativa privada, que, sociologicamente, é anterior ao Estado.

Na encíclica de Leão XIII lê-se: “O que se pede aos governantes é um concurso de ordem geral, que consiste em toda a economia das leis e das instituições; queremos dizer que devem fazer de modo que da mesma organização e do governo da sociedade brote espontaneamente e sem esforço a prosperidade, tanto pública como particular. Tal é, com efeito, o ofício da prudência civil e o dever próprio de todos aqueles que governam. Ora, o que torna uma nação próspera são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição eqüitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero”.

Se analisarmos bem a Doutrina Social Cristã quanto ao papel do governo, veremos que ela o coloca na condição de simples coadjuvante, ou de última instância (não no sentido jurídico), vendo nele não um poder realizador, mas moderador, corrigindo distorções e sendo chamado quando – e apenas quando – a sociedade não estiver “dando conta do recado”. Segundo a Doutrina Social Cristã, quem tem que se governar é a própria sociedade. Ao governo compete ditar as linhas gerais e garantir que as forças vivas da sociedade a levem para o bem-estar de todos. Caso contrário, como tem ocorrido sistematicamente, não seria governo, mas desgoverno.

Dom Frei Boaventura Kloppenburg, em seu livro “LIBERTAÇÃO CRISTÃ – Seletos Ensaios Teológicos”, faz uma síntese do papel do Estado, baseado na encíclica *Centesimus annus*, do papa João Paulo II. Os pontos principais, quanto à economia, podem ser assim resumidos:

a- A atividade econômica, em particular a da economia de mercado, não pode se realizar num vazio institucional, jurídico e político.

b- Deve o Estado afiançar a segurança no referente às garantias da propriedade, da moeda estável e dos serviços públicos.

c- Deve o Estado vigiar e orientar o exercício dos direitos humanos, no setor econômico.

d- Deve o Estado secundar a atividade das empresas, criando condições que garantam ocasiões para o trabalho, estimulando-a, onde for insuficiente, e apoiando-a nos momentos de crise.

e- Pode o Estado interferir quando situações particulares de monopólio criarem atritos ou obstáculos ao desenvolvimento.

f- Pode também desempenhar, temporariamente, tarefas de suplência em situações excepcionais, quando setores sociais ou sistemas de empresas demasiado débeis se mostrarem inadequados à sua missão.

g- Pode o Estado oportunamente intervir na determinação do salário justo, sobretudo quando o empregador não dá suficiente atenção às necessidades pessoais e familiares do empregado.

h- Deve, em certas circunstâncias, o Estado promover políticas sociais com o objetivo de ajudar as famílias, principalmente nos casos dos filhos e dos idosos.

i- Deve o Estado dar especial atenção à “subjetividade” da sociedade, isto é, ao espírito de iniciativa e à atividade criadora do cidadão.

j- Deve o Estado defender e tutelar certos bens coletivos como o ambiente natural e o humano, cuja salvaguarda não pode ser garantida por simples mecanismos de mercado.

Estado assistencial, jamais. Ele seria excessivamente oneroso, estimularia o parasitismo, reduziria a produtividade, fomentaria a inflação, levaria à estatização da sociedade e introduziria o despotismo político, segundo comenta o autor acima citado e segundo sustento também eu.

Como vimos antes, a análise que a Doutrina Social Cristã faz das questões econômicas e sociais não é técnica, porque esta o homem a conhece muito bem. Essa análise tem apenas um sentido ético e moral. A conclusão é que se todos os agentes econômicos e sociais, que detêm a técnica, se deixassem

orientar pelos ensinamentos éticos e morais dessa doutrina, a sociedade caminharia tão bem que sequer necessitaria de governo. Como isso não passa de sonho, surge a necessidade dele. Mas fica claro, a partir dessa última conclusão, que o governo deve se revestir de extrema responsabilidade ética e moral, por meio da sua ação política, responsabilidade essa incalculavelmente maior do que qualquer coisa relacionada com os conhecimentos técnicos.

09- MUDANÇAS À VISTA

Neste capítulo procuro fazer uma análise bem ampla, bem macro, e também bastante sucinta, da maneira pela qual vejo o Brasil e o mundo nesta virada de século e de milênio.

O objetivo é preparar o seu espírito, mas também a sua mente e o seu entendimento, para a proposta que devo apresentar no próximo capítulo, sobre um novo modelo social, ou melhor, sobre um novo modelo de sociedade.

Como cidadão comum, mas principalmente como um pensador social-cristão, temo pelos desdobramentos da paulatina, mas irreversível, ruptura do modelo *capital x trabalho*, em uso desde a Revolução Industrial. Esse fato poderá nos levar a uma desorganização sócio-econômica incontrolável, com a exclusão social atingindo níveis altamente desumanos, com a fome, o desespero e a desesperança atingindo-nos de maneira insuportável. A partir daí, serão bem curtos os caminhos para as instabilidades políticas e para o caos, onde pontificarão as drogas, a violência, a desarmonia generalizada.

É claro que será um processo bastante lento, pouco ou nada perceptível ao cidadão comum, mesmo porque a sociedade irá se adaptando e absorvendo as suas decorrências mais sérias e mais profundas. Mas isso não quer dizer que nada estará acontecendo.

Entendo que esse novo modelo poderá evitar isso, pelo menos no caso brasileiro onde ainda temos espaços econômicos a ocupar.

Insisto na minha tese de que o homem, enquanto agente econômico que produz riquezas, precisa aprender a distribuir bem essas riquezas, ou a repartir o pão, como nos ensinou Jesus, duas idéias rigorosamente iguais e que apresentam o mesmo significado prático. Isso é Doutrina Social Cristã na sua essência mais pura e mais genuína. Como ela, ocupo-me do homem e me preocupo com o homem. Não fomos criados para a miséria, nem para o sofrimento, nem para a dor, nem para as lágrimas. Fomos criados para viver bem e felizes, com saúde, com trabalho, com dignidade.

Nessa análise e nessa descrição de fatos, idéias e argumentos, algumas coisas se tornam inevitavelmente repetitivas, seja em relação ao que veio antes, seja em relação àquilo que será encontrado no próximo capítulo. Por isso, peço a sua compreensão, mesmo porque, segundo penso, a repetição pode ajudar no entendimento e na fixação das teses e dos argumentos.

OS ANTECEDENTES

Estamos quase todos prontos para comemorar o fim do século e o início do novo milênio.

Como em qualquer festa, pensa-se apenas nela, deixando-se os problemas - que sempre existem - para a manhã de segunda-feira.

Mas, sendo uma festa toda especial, a segunda-feira de que estou falando poderá também ser especial, muito mais pesada e difícil do que qualquer outra, entre todas aquelas já vividas ao longo deste século. E olhe que serão 5.200 até o fim do próximo ano, o ano 2000.

Tenho três itens a considerar: a festa propriamente dita, os seus antecedentes e o que nos espera na manhã da segunda-feira, depois dela.

Quanto à festa, não precisamos nos ocupar dela agora. Acontecerá de qualquer maneira.

Vejamos, então, os antecedentes, isto é, o quadro econômico, social e político que servirá de fundo para essa festa, a única maneira que disponho para explicar que segunda-feira poderá ser essa, qual será o seu gosto, quanto tempo durará e quantos poderão sucumbir, não como vítimas da festa, mas da exclusão social, apresentando-se esta última bem menos como o fruto da maldade e muito mais como o resultado da burrice. Continuo afirmando que não somos maus; somos burros, pelo menos economicamente burros.

O primeiro ponto, como observei antes, diz respeito às mudanças muito rápidas e profundas ocorridas na organização econômica mundial, com o processo de globalização, de informatização e de

um espantoso desenvolvimento científico e tecnológico, que vão deixando de lado a utilização da mão-de-obra, a começar pela menos qualificada.

O segundo ponto é o inegável aumento da riqueza, fruto dessa revolução científica e tecnológica, combinada com uma política neoliberal, que orienta o capitalismo moderno.

O terceiro ponto é a decorrência desumana desse processo, com a concentração das riquezas geradas, nas mãos de poucos, fazendo-nos lembrar a idéia da “mais-valia”, de Karl Marx, e fazendo sérios acenos aos ciclos que a História registra.

O quarto ponto é que nós, como brasileiros, temos caminhado aqui, a nosso modo, enquanto o mundo caminha ao largo, não ao nosso, mas ao seu passo. E estamos fazendo 500 anos de história, enquanto o mundo se fez 500 anos mais sábio e mais experiente. E descobrimos que, com passadas desiguais, havendo quase sempre um descompasso, temos chegado invariavelmente atrasados, para onde quer que tenhamos querido ir.

O quinto ponto é que as nuances adquiridas pelo nosso modelo econômico, neste fim de século, estão começando a provocar uma séria ruptura no nosso modelo social, fato que, uma vez consumado, será catastrófico para todos, ricos e pobres, como espero mostrar um pouco mais à frente.

O sexto ponto é que, numa inaceitável e absurda inversão de valores, o mundo político de hoje não se sobrepõe – ou se sujeita - ao mundo econômico, acarretando estragos imensos ao mundo social. Isto é extremamente sério e grave. É como se o poder de justiça, por exemplo, fosse entregue a uma das partes envolvidas. Imagine o que aconteceria se o juiz fosse o próprio réu, ou a própria vítima. É o que está acontecendo. Neste fim de século, o juiz (a Política) é o próprio réu (o poderio econômico).

O sétimo ponto é que não temos políticos, estadistas de verdade, pelo menos neste nosso país, com a necessária visão para enxergar essas coisas. Se me permitirem a falta de modéstia, a mim me parece que as enxergo.

O oitavo ponto é que tem faltado visão, e inteligência, aos nossos homens públicos para anteverem - econômica e socialmente - que os abismos sociais já existentes acabarão por saturar o processo, ou modelo, isto é, os excluídos serão tão numerosos que, não podendo haver consumo, não haverá mais razão para se produzir, naufragando todos, conforme também já observei. Claro que as forças políticas, econômicas e sociais se reorganizarão nesse momento, e um novo ciclo se iniciará. Mas as perdas, especialmente as sociais, serão inevitáveis e irrecuperáveis.

Acredito ter revisto os pontos mais importantes, entre algumas dezenas deles.

Diante desse quadro, que antecede a grande festa, temos uma tarefa árdua, fácil de ser descrita ou catalogada, mas difícil - não impossível - de ser implementada. Essa tarefa consiste em:

A- Inverter novamente a ordem de valores, em nível internacional e em nível nacional, dando à Política o seu verdadeiro papel, como coordenadora, como um gerenciamento racional e inteligente que, orientando a economia e administrando as riquezas, promove o bem-estar e garante a justiça social.

B- Construir um novo modelo social, feito sob medida para essa nova realidade econômica, onde o trabalho - sempre remunerado - não estará necessariamente ligado a uma relação de emprego. As riquezas geradas pelo capital, e cada vez menos pelo trabalho diretamente ligado a ele, essas riquezas serão canalizadas para a sociedade, não como esmola ou paternalismo, mas como uma retribuição justa e inteligente pelo trabalho que a sociedade realiza nos lares, nas ruas, nos hospitais, nos asilos, nas creches, nas escolas, nos órgãos do governo, enfim, em todos os setores da atividade humana.

C- No caso brasileiro, e enquanto não se constrói esse novo modelo social, factível apenas com a supremacia da Política sobre a economia, temos condições de controlar o problema se tivermos engenho e arte, como já foi dito antes, para:

c1- criar a necessária infra-estrutura para a dinamização agrícola, ocupando de maneira produtiva cada quilômetro quadrado deste país, com um tratamento especial à Amazônia.

c2- industrializar o interior do país, até os limites do tecnicamente possível, do economicamente recomendável e do socialmente necessário.

c3- irrigar o nordeste, fazendo, inclusive, surgirem as condições de reflorestamento.

c4- levar, para ocupar os postos de trabalho definidos nos três itens anteriores, toda a população “excedente” das grandes e médias cidades.

Diante dessa realidade e diante dessas perspectivas, acredito que, muito mais importante do que fazer a festa, como eu disse, muito mais importante será “arrumar a casa”. Caso contrário, a nossa manhã de segunda-feira, que certamente durará algumas décadas, será mais amarga do que qualquer

outra, terá o indesejável sabor da ressaca e servirá apenas para que os mortos sejam contados e enterrados, não necessariamente de maneira física, mas, o que é pior, mortos pela afronta e pela violência com as quais foram atingidos na dignidade de cada um.

OS PONTOS DE REFERÊNCIA

Afirmar antes que precisamos - já e agora - iniciar a construção de um novo modelo social, feito sob medida para essa nova realidade econômica.

Para isso, algumas questões importantes precisam, necessariamente, ser consideradas como pontos de referência:

a- As iniciativas até agora sugeridas, além de inadequadamente modestas, só atenuarão o problema no curto prazo, diluindo-se com o tempo. Vou dar dois exemplos. A redução da jornada de trabalho, com ou sem redução nos salários, não significará necessariamente o emprego de um número maior de pessoas, a não ser no curto prazo, de vez que o avanço tecnológico acontecerá sempre, dispensando, no médio prazo, a mão-de-obra adicional contratada no curto ou no curtíssimo prazo. Além disso, a redução nos salários, mais cedo ou mais tarde, surgirá sempre e infalivelmente com a redução na jornada de trabalho. Isso faz parte da cultura - e dos cálculos - do mundo econômico atual, onde existe uma relação histórica e ferrenha entre a produção e a remuneração. O segundo exemplo refere-se à qualificação da mão-de-obra. É uma idéia correta, lógica, mas que também só atende ao curto prazo. Suponha que, por um passe quase de magia ou por um mirabolante e extremamente rápido acúmulo de recursos, toda a mão-de-obra fosse treinada e qualificada. Pergunto: haveria emprego para todos? Claro que não. A mais importante diferença em relação à situação atual seria que os desempregados - e excluídos - seriam todos diplomados. Se tivermos de morrer de fome ou de frio, que diferença existirá entre morrer com qualificação profissional ou sem ela?

b- A colocação de freios aos avanços científicos e tecnológicos, bem como uma ingênua busca de atividades à moda antiga, sugestões até que corajosas, contidas no texto-base da Campanha da Fraternidade deste ano, por serem contrárias à índole e à natureza humana, que nos obrigam a andar para a frente, quando pensamos nas coisas materiais, e para o alto, quando nos preocupamos com o nosso desenvolvimento espiritual, essas idéias precisam ser substituídas pela inteligência e pela criatividade, coisas que o homem tem bastante e que deve a Deus.

c- Temos produzido riquezas, talvez como jamais o tenhamos feito antes. Os números nos provam, entretanto, que tais riquezas não se distribuem eqüitativamente. Tal fato é desumano e anticristão, quando se consideram os princípios da fraternidade universal, mas é nada inteligente do ponto de vista econômico, de vez que, elevando-se a atual situação ao extremo, não havendo quem possa consumir, não haverá razão para que se produza, sucumbindo todos. Eis por que insisto em afirmar, como já o fiz em outras oportunidades, que **trabalhador pobre ou desempregado não pode interessar a empresário inteligente**. Daí se justifica o ideal da Economia: todos ricos. Mas não igualmente ricos, pois as diferenças serão sempre inevitáveis, e salutares. Afinal, Deus sabe o que fez e sabe o que faz.

d- Neste fim de século e de milênio, não temos alternativas. O único caminho, inclusive do ponto de vista econômico, é repartir o pão. Podemos até não fazê-lo movidos pela fé, mas teremos necessariamente que fazê-lo movidos pela necessidade e pela razão. Não há contra-oferta. Existem riquezas. Estas, se se mantiverem nas mãos de poucos, acabarão por destruir o nosso modelo social, como eu disse antes. É preciso, portanto, socializar a riqueza, distribuir eqüitativamente a renda. Isto não será, portanto, nem esmola e nem paternalismo; será uma “jogada de mestre”; será uma demonstração de inteligência.

Acredito até que as idéias de co-gestão e participação nos lucros, sem dúvida criativas e justas em todos os seus aspectos, poderão se extinguir antes mesmo de um processo de maturação, dada a “velocidade dinâmica” com que o mundo econômico e o mundo social se transformam.

Consideradas essas questões, podemos então pensar numa saída inteligente, isto é, num novo modelo social.

A sua filosofia básica poderá ser aquela mesma do Imposto de Renda. Vamos recordá-la, embora muitos sequer a tenham visto ou percebido. Se a sociedade proporciona a determinado indivíduo a possibilidade de bons rendimentos, justo que ele retribua com uma parte deles, em benefício dessa sociedade. Isto se chama Imposto de Renda, socialmente de uma justiça divina.

Pois bem, se existe produção de riquezas, a partir do capital, da técnica, do conhecimento, do trabalho, isto se deve à sociedade, de vez que é ela que gera e sustenta os técnicos e os cientistas, é ela que, pelo trabalho, gera o capital. Ela, a sociedade, é, portanto, a detentora, ou a credora, única e legítima de tudo o que se produz. Não importa, portanto, quantos nem quais estejam diretamente ligados à produção. Todos precisam ser lembrados na repartição da renda gerada, sempre na proporção, se possível exata, do empenho de cada um. Isso é Doutrina Social Cristã na sua essência mais pura e genuína. Os excluídos se resumirão, portanto, aos distraídos, aos preguiçosos, aos vadios. A estes, o justo castigo; castigo que, socialmente, lhes é devido; castigo que, humanamente, lhes é necessário; castigo que, se deve vir também de Deus, a mim não compete prever ou reivindicar.

Como foi dito antes, a Política terá que presidir e orientar esse processo porque, como também já afirmei, **nada existe do ponto de vista social que possa ser conseguido de outra forma que não seja pela via política.**

No caso brasileiro, temos mais tempo do que os demais, uma vez que ainda temos espaços, tanto físicos quanto econômicos, para avançar um pouco mais. Temos o nordeste a ser irrigado, temos a agricultura a ser desenvolvida e temos todo o interior a ser industrializado.

REPETINDO E EXPLICANDO MELHOR

No início deste capítulo sublinhei os pontos mais importantes - econômicos, sociais e políticos - que definem e caracterizam este fim de século e de milênio. Entre eles, o desemprego e a péssima distribuição da renda se apresentam como os mais preocupantes, com fortes acenos para uma ruptura do nosso modelo social. Observei que, como não temos políticos, estadistas de verdade com a necessária visão para enxergar essas coisas, os abismos sociais já existentes acabarão por saturar esse modelo, isto é, os excluídos socialmente serão tão numerosos que, não podendo haver consumo, não haverá mais razão para produzir, naufragando todos. Lembrei que as forças políticas, econômicas e sociais poderão até se reorganizar naquele momento, e um novo ciclo se iniciará, mas as perdas, especialmente as sociais, serão inevitáveis e irrecuperáveis.

Concluí o meu pensamento, naquela ocasião, afirmando que precisamos construir um novo modelo social, feito sob medida para essa nova realidade econômica, onde o trabalho - que continuaria sendo remunerado - não estaria necessariamente ligado a uma relação de emprego, mas onde as riquezas geradas pelo capital, e cada vez menos pelo trabalho diretamente ligado a ele, essas riquezas seriam canalizadas para a sociedade, não como esmola ou paternalismo, mas como uma retribuição justa e inteligente pelo trabalho que a sociedade realiza, nos lares, nas ruas, nos hospitais, nos asilos, nas creches, nas escolas, nos órgãos do governo, enfim, em todos os setores da atividade humana.

Enfatizei que a filosofia básica desse novo modelo social poderá ser a mesma do Imposto de Renda, isto é, se a sociedade proporciona a determinado indivíduo a possibilidade de bons rendimentos, justo que ele retribua com uma parte deles, em benefício dessa sociedade.

Partindo da mesma idéia e tendo em conta que a produção de riquezas, a partir do capital, da técnica, do conhecimento e do trabalho, se deve à sociedade, esta se torna a detentora, ou credora, de tudo o que se produz, tornando-se então necessário que todos sejam lembrados na repartição dessa riqueza, sempre na proporção mais próxima possível do desempenho de cada um.

Lembrei que a construção desse novo modelo se impõe em virtude dos rumos seguidos pela economia no mundo inteiro e que, embora seja uma necessidade mundial, no caso brasileiro temos um tempo maior para construir esse novo modelo, uma vez que ainda temos bastante a caminhar, economicamente. Temos a agricultura para ser desenvolvida, temos grande parte do nosso interior para ser industrializado e temos o nordeste para ser irrigado. Enquanto os países mais desenvolvidos já atingiram a Era da Informação, nós ainda caminhamos vacilantes pela Era Industrial. Paradoxalmente, o nosso atraso econômico nos será bastante útil nessa contingência. Se tivermos engenho e arte, estaremos preparando o nosso novo modelo social enquanto caminharíamos economicamente nas três direções acima apontadas.

Ainda que rapidamente, faço, a seguir, algumas considerações sobre esse caminhar econômico, nessas três direções.

Se considerarmos somadas as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, veremos que em 82,40% do território nacional são gerados apenas 23,25% do nosso PIB. Alguma coisa está errada, ou melhor, muita coisa está errada. Se examinarmos a sua população, 42,62% do total, chegaremos à triste

conclusão de que, apesar de dispormos de terra, de bastante terra, não sabemos como fazê-la produzir. Segundo o INCRA, existem no Brasil 35.000 latifúndios improdutivos, todos com áreas superiores a 1.000 hectares, com mais de 153 milhões de hectares no total (17,5% do território nacional, uma área praticamente igual à Região Nordeste), representando 43,5% das áreas rurais cadastradas, em termos de hectares, e 1% em termos de propriedades. Significa uma astronômica concentração da terra, absolutamente incompatível com o desenvolvimento econômico e social. Portanto, não temos sido nada inteligentes quanto ao aproveitamento econômico das nossas terras.

Enquanto isso, um dos grandes problemas deste país se identifica não necessariamente com o tamanho do nosso parque industrial, mas principalmente com a distribuição geográfica desse parque. Ele precisa e pode crescer, mas, ainda mais importante, é preciso que ele se espalhe criteriosamente por todo o território nacional, respeitadas apenas as “qualificações técnicas” de cada região.

Será, por exemplo, que as nossas agroindústrias estão racionalmente localizadas? Será que as nossas escolas técnicas de agricultura estão localizadas exatamente onde deveriam estar?

A iniciativa privada, evidentemente, vai se instalar em qualquer lugar deste país, desde que exista demanda para os seus produtos e desde que existam vantagens relativas quanto aos fatores de produção e quanto à infra-estrutura. Ao governo compete criar as condições indispensáveis para essa interiorização do setor industrial. Precisamos, portanto, “esparramar”, em alguma medida, o nosso parque industrial pelo interior do país.

O que temos feito com a Região Nordeste é uma insensatez do ponto de vista econômico, um desatino do ponto de vista social, um desrespeito do ponto de vista humano e cristão, uma temeridade do ponto de vista político. Temos sido exageradamente “ousados” em relação a esses 29% de brasileiros que lá vivem, ousados no seu sentido inverso e mais descabidamente comprometedor.

Como tenho dito e insistido, o nordeste nos interessa não apenas por uma questão de solidariedade cristã, mas também por razões econômicas. Só os ignorantes em matéria econômica e os politicamente teimosos não percebem isso.

O nordeste tem jeito. O nordeste precisa ter jeito. A irrigação e o reflorestamento devolverão a vida e a esperança para o nordestino. Tudo o que ele quer é água. Tudo o que ele precisa, como ponto de partida, é água. Se o céu lhe nega essa água, é preciso que o governo crie vergonha na cara e deixe de negá-la também. Com a irrigação surgirá a agricultura e desaparecerá a fome. Com a irrigação será possível o reflorestamento. Este trará de volta as chuvas.

Sabe-se que um projeto de irrigação para o nordeste exigirá os recursos que não temos e o tempo de que não dispomos. Porém, não existe contra-oferta, não existe alternativa. Se tivermos pelo menos vontade, os recursos aparecerão e o tempo nos ajudará. Tudo é uma questão de começar, uma vez que, dado o início, boa parte dos recursos poderá ser gerada no próprio processo. Em boa medida, será um empreendimento auto-sustentável.

Temos tempo, portanto, para a construção do nosso novo modelo social. Isso não significa que não se deva começá-lo já. Se cochilarmos agora, teremos de correr depois, o que não é bom. Quanto ao modelo propriamente dito, volto a ele mais adiante.

É PRECISO HUMANIZAR

Eu disse antes que enquanto se constrói o nosso novo modelo social - ou mesmo antes dele - é preciso que atentemos para as nossas imensas possibilidades econômicas, com a globalização ou sem ela. Apontei as três principais saídas que, sendo economicamente factíveis e atraentes, poderão resolver de maneira bastante satisfatória as nossas dificuldades sociais. Essas saídas são a dinamização do setor agrícola, a industrialização do interior e a irrigação do nordeste. Observei que temos imensas áreas agrícolas a serem ocupadas, grandes espaços a serem atingidos industrialmente e uma imensa região (a Nordeste) a ser integrada econômica e socialmente, a partir da irrigação, tudo isso enquanto estamos amontoados nas regiões mais desenvolvidas.

Esse amontoado econômico e populacional gera quase todos os problemas sociais com os quais temos convivido nestas últimas décadas, sendo desnecessário enumerá-los.

Por essas razões, depois de ter apontado as três saídas vistas acima, e de as ter analisado antes, ainda que rapidamente, lembrei a necessidade de, em alguma medida, desfazer esses imensos aglomerados humanos que caracterizam as nossas principais cidades. Afirmo que precisamos levar toda a população “excedente” das grandes e médias cidades para ocupar os postos de trabalho abertos pela

dinamização do setor agrícola, pela industrialização do interior e pela irrigação do nordeste. Trata-se, portanto, de estimular uma corrente migratória no sentido inverso daquele que temos assistido desde os anos 30.

É bom lembrar que, no início, essa migração foi bastante saudável, uma vez que o processo de industrialização, abrindo postos de trabalho nas cidades, atraía a gente do campo, além daquela do exterior. Foi um movimento, digamos, *para*, com um caráter positivo. Mais tarde, contudo, mesmo com a saturação desse processo atrativo, a corrente migratória não cessou, passando a ser um processo negativo, um processo *de*, refletindo condições desfavoráveis quanto à vida no campo.

É chegado, portanto, o momento de uma reversão.

É preciso que, “do lado de lá”, surjam condições suficientemente atrativas, do ponto de vista econômico e social, em todas as suas conotações. Esse “lado de lá” é o nordeste irrigado, é o interior industrializado, é o setor agrícola revitalizado, com a ocupação de forma produtiva de cada quilômetro quadrado deste país, se me permitirem a insistente repetição. Precisamos fazer sumir a expressão “morar longe”. Todos precisarão “morar perto”. E morarão perto quando tivermos uma qualidade de vida respeitável e condizente com a dignidade da pessoa humana, em cada quilômetro quadrado do nosso território.

Acima, falei dos “excedentes” das grandes cidades. Quem são eles? Seria bom que não fossem os marginais, pois eles iriam deteriorar esses novos horizontes, como, aliás, fizeram os portugueses em dado momento da nossa colonização. Esses “excedentes” seriam todos aqueles que as grandes e médias cidades não comportam porque não apresentam condições econômicas de comportá-los. Seriam os desempregados, seriam aqueles que vivem da economia informal, seriam aqueles que, embora com emprego garantido e moradia assegurada, pretendessem uma vida mais tranqüila, mais segura e mais saudável. Poderiam até ser os aposentados, desde que quisessem e que, “lá”, não se sentissem “longe”.

Nessas condições, poderíamos respirar plenamente.

Segundo matéria divulgada em 08/07/99, pela revista Veja, “o mundo está diante da perspectiva de ter mais da metade da sua população vivendo nas cidades grandes, pobres, sujas e doentes”. Estima-se que, na virada do século, 21 cidades terão mais de 10 milhões de habitantes e que, entre elas, apenas três se situam em países desenvolvidos: Tóquio, Nova York e Los Angeles. Lembrando que o critério adotado é todo o aglomerado humano da cidade (a Grande São Paulo, por exemplo), a nossa querida - mas sofrida - São Paulo terá 17,8 milhões de habitantes na virada do século e será a terceira em todo o mundo, com Tóquio em primeiro e Bombaim em segundo lugar.

Como se vê, nos países menos desenvolvidos há uma forte tendência para enormes aglomerações em torno das maiores cidades.

Como todos nós conhecemos muito bem os nossos maiores problemas nas grandes cidades, vou citar um outro, do qual poucos tomam conhecimento. Se as projeções se confirmarem, a Grande São Paulo terá 178 milhões de ratos, dez por habitante, na virada do século.

As vantagens enormes que teremos todos se conseguirmos deslocar parcela significativa daqueles que vivem nas grandes cidades, para que possam viver melhor “do lado de lá”, todos nós conhecemos, mas é bom lembrar as mais importantes: o nível do desemprego poderá ficar próximo do zero, a criminalidade e a violência diminuirão sensivelmente, haverá menos espaço para as drogas, haverá aumento do nível geral de renda, teremos melhores condições de atender às necessidades sociais da população.

Se essa proposta não fosse séria e factível, eu poderia chamá-la de um exercício mental ou de um exercício de teoria econômica ou social. Seja qual for a natureza desse exercício, é fácil perceber as vantagens de uma economia mais descentralizada, pelo menos no caso brasileiro.

É fora de dúvida que nós brasileiros estamos muito mal distribuídos ao longo deste nosso território e, muito pior que isso, as atividades econômicas, que geram riquezas e que poderiam solucionar os nossos problemas sociais, estão muito mal organizadas territorialmente, concentrando os fatores de produção, mas fazendo-o de uma maneira muito mais do que proporcional no caso da mão-de-obra.

O brasileiro continuaria tendo a liberdade de exercer a profissão que quisesse e de praticá-la no local de sua preferência. Porém, iria se ver cercado de estímulos por todos os lados, a fim de se posicionar da maneira mais racional possível, de acordo com a teoria do bem-estar dos economistas.

Economicamente, estaríamos nos desenvolvendo. Socialmente, teríamos bem mais amplas condições de se chegar à justiça social, que todos pregam, todos desejam, mas se observa que poucos se mexem, politicamente, para conseguir. Enfim, estaríamos humanizando a sociedade e humanizando o homem, apesar da redundância.

Essa idéia está, portanto, na base e no espírito da Doutrina Social Cristã, uma vez que está voltada essencialmente para o ser humano, sujeito e objeto de tudo o que se faz e se produz. Mas isso só será conseguido por via política, Política exercida à luz da Doutrina Social Cristã.

10- UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE

As preocupações

Em artigo divulgado em novembro de 1995, na publicação “Economia em Perspectiva”, Walter Barelli afirmava que “teremos de construir mecanismos institucionais para modernizar e diversificar a base produtiva no marco da globalização. Além de ampliar os padrões de bem-estar da sociedade, esta alternativa, ao superar interesses particularistas de classes ou corporações, invocará a responsabilidade social dos atores políticos, pois as atuais decisões definirão o modelo social que teremos no próximo século. Poderemos ter uma vida fantástica ou ser assolados pela barbárie, com a violência e a criminalidade destruindo tudo ao seu redor”.

Mais ou menos na mesma época, Celso Furtado, em entrevista publicada pela revista Veja, falava da crise da civilização industrial, da falência do Estado, do bem-estar social, de alterações que são observadas no sistema monetário, do declínio já bem marcante do sindicalismo, da abertura representada pelos blocos econômicos, como uma etapa rumo à globalização, de possíveis e profundas alterações no mecanismo comercial, com a provável eliminação do dinheiro, e apontava para a necessidade urgente de uma mudança no modelo de sociedade que temos. Dizia que a crise não é econômica, mas social, evidentemente preocupado com os reflexos da economia no mundo social.

Um pouco mais tarde, a Igreja católica (ela tarda, mas aparece) insistiu nessa questão, através do texto-base da Campanha da Fraternidade de 1999, ao tratar da crise do emprego, afirmando que “a precariedade das relações e as incertezas do mundo do trabalho afetam em maior ou menor grau a todos e questionam os próprios fundamentos da sociedade atual”. E diz, um pouco mais adiante: “A revolução tecnológica implica um grande aumento do desemprego. Isto é tão significativo que alguns importantes estudiosos falam do fim do emprego e outros acenam para a superação da sociedade salarial”. Faz uma distinção entre o trabalho associado ao emprego e ao salário e o trabalho não remunerado, ligado, por exemplo, ao lar ou à comunidade. Mostra que, para a nossa cultura, existe uma relação bastante estreita entre o trabalho e o emprego, sujeito este a inúmeras regras - entre elas, a remuneração - relação tão íntima que, na prática, “trabalho” e “emprego” acabaram por ser usados como sinônimos. Embora, na prática, se diga por aí que está acabando o “trabalho”, na verdade o que está acabando é o “emprego”.

No livro “A opção brasileira”, de vários autores, lê-se na contracapa: “O modelo atual não tem potencial estruturante para a sociedade brasileira no longo prazo, e esta sociedade tem fundamentos suficientemente sólidos para não se deixar desconstruir. Ela encontrará um caminho novo. No passado, as elites só puderam ser tão conservadoras na área social porque o país apresentava grande dinamismo na área econômica. Com a perda dessa característica, as transições controladas, que em cada momento alteraram e conservaram as estruturas sociais, já não serão eficazes. É questão de tempo que um novo projeto amadureça – menos tempo do que normalmente se supõe. Aproxima-se a vez de uma grande mudança”.

Parece-me certo que o atual modelo, *capital x trabalho*, no qual só existe salário se existir emprego, em quase todos os casos, a tal ponto de se confundir trabalho com emprego, como já foi enfatizado antes, parece-me claro que esse modelo está bem próximo da sua saturação e do seu desaparecimento, pelo menos em grande medida.

De minha parte, num outro momento, depois de ter analisado a conjuntura econômica deste fim de século, escrevi que a nossa mais importante tarefa, nesta circunstância, consiste em construir um novo modelo social, feito sob medida para essa nova realidade econômica, onde o trabalho - sempre assalariado - não estaria necessariamente ligado a uma relação de emprego. As riquezas geradas pelo capital, e cada vez menos pelo trabalho diretamente ligado a ele, essas riquezas seriam canalizadas para

a sociedade, não como esmola nem como paternalismo, mas como uma retribuição justa e inteligente pelo trabalho que a sociedade realiza em todos os setores da atividade humana.

Seria, portanto, a ressurreição do trabalho, no seu sentido antropológico e filosófico.

Onde chegamos

A análise feita, e que levou também a mim à conclusão de que precisamos adaptar o nosso atual modelo social às contingências econômicas deste fim de século, baseia-se na teoria econômica mais elementar que se conhece, segundo a qual a demanda (consumo) condiciona a oferta (produção) e do encontro de ambas resulta o preço e o nível de emprego.

Temos atualmente uma gravíssima crise de emprego, embora tenhamos acumulado riquezas como jamais vimos antes, pelo menos nestes últimos 30 ou 40 anos. Associado ao desemprego, constata-se um abismo jamais visto entre ricos e pobres, com sérios prejuízos para o consumo e para a produção. Levado ao extremo, não haverá consumo, desestimulando a produção, o que significaria o caos, tanto para os ricos como para os pobres, tanto para os que produzem como para os que consomem. O novo modelo evitará esse caos.

Sustentam alguns economistas que a concentração da renda não é má para a economia, uma vez que, com ela, aumentaria a parcela destinada à poupança - e ao investimento - levando ao desenvolvimento econômico, com o aumento do Produto Interno Bruto, o que elevaria, por sua vez, a renda dos mais pobres. Aliás, essa continua sendo a proposta básica dos liberais.

Ocorre que, historicamente, se observa que o aumento do PIB, ao contrário do que sempre disseram e continuam dizendo, tem tornado os pobres mais pobres, especialmente no caso brasileiro.

Por outro lado, se houver uma melhor distribuição da renda, estimular-se-á o consumo, fato que sempre foi vital para a economia e que ninguém discute.

É possível até que se comprove ser essa alternativa menos recomendável, por levar mais lentamente ao desenvolvimento econômico. Pode até ser um processo mais lento; porém, mais justo do ponto de vista humano e cristão e, além disso, mais seguro, porque mais estável. E a estabilidade econômica sempre foi uma meta altamente desejável entre políticos e economistas.

A saída

Como, nas condições atuais, a tendência é aumentar o desemprego, a saída é repensar o atual modelo, passando-se de uma situação de emprego - atualmente, quase só ele remunerado - para uma situação de emprego e não-emprego, ambos remunerados. Quando falo de não-emprego, não estou falando dos trabalhadores autônomos, sejam eles liberais ou não. Estes não têm emprego nem salário, mas têm rendimentos.

Falo, portanto, em desemprego remunerado, como ponto de partida para a construção de um novo modelo social. Mas é bom observar que quando falo em emprego falo do emprego ligado aos centros de produção de bens e serviços. Nos demais casos poderá não haver emprego, mas haverá sempre trabalho, e sempre remunerado.

À primeira vista, pode-se ter a impressão de que a idéia subjacente a isso, isto é, implícita, é paternalista, uma vez que falo em desemprego remunerado. Muito pelo contrário, trata-se de justiça; a rigor, de justiça social. Explico-me. Vale a pena repetir o que eu disse no capítulo anterior. A filosofia básica desse novo modelo será aquela mesma do Imposto de Renda. Se a sociedade proporciona a determinado indivíduo a possibilidade de bons rendimentos, justo que ele retribua com uma parte deles, sob a forma de imposto, em benefício dessa sociedade. Pois bem, se existe produção de riquezas, a partir do capital, da técnica, do conhecimento, do trabalho, isto se deve à sociedade, de vez que é ela que gera e sustenta os técnicos e os cientistas, é ela que, pelo trabalho, gera o capital. Ela, a sociedade, é, portanto, a detentora, ou a credora, única e legítima, de tudo o que se produz. Não importa, então, quantos nem quais estejam diretamente ligados à produção. Todos precisam ser lembrados na repartição da renda gerada, sempre na proporção do empenho e dos méritos de cada um. Os excluídos se resumirão, portanto, aos distraídos, aos preguiçosos, aos vadios; em outras palavras, os excluídos serão apenas aqueles que insistirem em não participar da vida e da sociedade. Se não receberam nada de Deus, estando impossibilitados, portanto, quanto à sua participação, (por falta de saúde física ou mental, por exemplo) fica clara a vontade desse mesmo Deus, que quer, nesses casos, que os carreguemos às costas.

E haveremos de carregá-los todos. Porém, se não for esse o caso, entendo que, ainda assim, precisaremos fazer a vontade de Deus, que agora exige que se lhes acorde e que se lhes puxe as orelhas.

Mas é importante enfatizar que falo de desemprego remunerado, mas não falo – e jamais falarei – de remuneração sem trabalho. Isso seria a mais aviltante das esmolas.

Com base no Ensino Social Cristão, “cada um dos seres humanos é e deve ser o fundamento, o fim e o sujeito de todas as instituições em que se expressa a vida social; cada um dos seres humanos, considerado naquilo que é e que deve ser, segundo a sua natureza intrinsecamente social”.

O que está por trás desse novo modelo social é a intenção de trazer para a prática esse pensamento “filo-antropológico” da Igreja católica.

Não vejo qualquer problema em relação àqueles que não se sentem à vontade quanto a isso, por não nutrirem simpatia e respeito para com essa instituição milenar, que é a Igreja. Pois bem, pelo menos a título de exercício, prendamos o papa, os bispos e todos os padres, destruamos os edifícios físicos conhecidos por “igrejas”, queimemos as encíclicas, a começar pelas sociais, e olhemos à nossa volta. Veremos então que subsistirá o homem, com a sua racionalidade e com a sua lógica, lógica que, mesmo fazendo abstração de Deus, exigirá sempre o melhor para si, isto é, bem-estar; bem-estar que será tanto maior, pessoalmente, quanto mais difundido estiver, socialmente. E esse homem, se fizer uso da racionalidade que Deus ou a natureza lhe deu, vai entender que, produzindo em função de si mesmo e do próximo, reunirá as melhores condições para elevar ao máximo esse bem-estar. Em outras palavras, somente colocando o homem como sujeito e objeto de tudo o que se faz, se pensa ou se produz, somente assim proporcionaremos o máximo possível para esse homem, mesmo que se pensar exclusivamente em termos materiais. Portanto, o Ensino Social Cristão é humano, racionalmente humano, divinamente humano.

Se você não sabe nada sobre teoria econômica, não terá muito a contestar. Se, contudo, for economista ou se entender bem o que eles dizem, saberá que tais argumentos, aqui defendidos, estão na base da racionalidade econômica e se prestam à procura do ideal econômico, isto é, de que sejamos todos ricos. É possível sermos todos ricos, mas não pelo artifício de deixar morrer os pobres, de fome, mas sim pela consciência - objetiva e racional - de que não podemos ser egoístas, nem diante de Deus e nem diante da Economia, de vez que repartir bem a renda (ou repartir o pão, para aqueles que preferem um linguajar mais evangélico) é essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Se quiserem mais um argumento econômico, vejamos o caso atual do Japão. O japonês está em pânico por causa do desemprego, que não lhe era familiar e que chegou quase aos 5%. Esse pânico está levando-o a restringir o consumo, em favor da poupança. Segundo o economista John Maynard Keynes, quando se poupa demais pode-se quebrar um país, em virtude da falta de consumo. Lembro que uma deficiência no consumo pode ter duas origens distintas: desejo de poupar mais, como no caso japonês, ou falta de condições para o consumo, em virtude do desemprego ou da concentração da renda, como no caso brasileiro e de outros países. No caso japonês, a disposição em não consumir, ou consumir menos, pode ser vista e interpretada como concentração da renda, que significa, em última instância, freios à circulação do dinheiro. Por outro lado, embora existam condições para os investimentos - elevados níveis de poupança - não há por que investir, em virtude do baixo consumo, fato que leva à estagnação econômica. Espera-se que o Japão cresça no máximo 0,5% neste ano de 1999, ou mesmo, que não cresça.

A conclusão é que existe uma relação bastante estreita entre consumo, desenvolvimento e bem-estar. A teoria econômica mostra isso. O caso japonês comprova isso.

Até aqui, parece-me ter argumentado da maneira necessária e suficiente. E convincente, suponho.

Convido-o então a voltar comigo ao nosso novo modelo social, bem como o convido a entender comigo que essa idéia, longe de uma concepção paternalista ou carola, distante de uma filosofia ou pensamento baseado no “não faça isso porque é pecado, não diga aquilo porque Deus não gosta, não esqueça os pobres porque você pode ir para o inferno”, longe disso, esse novo modelo social, cuja construção exigirá talvez algumas décadas e será confiada a toda a sociedade, esse novo modelo é uma exigência da racionalidade, é um imperativo do desenvolvimento econômico sadio, seguro e auto-sustentável.

É preciso reordenar as relações de emprego e trabalho, à proporção em que o desenvolvimento científico e tecnológico for marginalizando a mão-de-obra, tornando a renda cada vez menos dependente

direta do emprego. A tendência natural é o desaparecimento do trabalho, enquanto relacionado com o emprego assalariado, ou, em outras palavras, a tendência é o desaparecimento do emprego. Mas é fundamental, para a preservação da sociedade, que se consiga a “ressurreição” do trabalho, no seu sentido antropológico e filosófico, como eu já disse.

Tida como certa a necessidade de repartir o pão (concepção evangélica) ou desconcentrar a renda (concepção econômica), ambas com o mesmo significado prático, é preciso buscar a maneira de tornar efetiva a procura por menores desigualdades, a procura por um ponto de equilíbrio social que possa ser aceitável e que encarne, de um lado, a solidariedade para com os mais fracos e, do outro, a alavancagem para um desenvolvimento econômico eticamente sadio e tecnicamente seguro e auto-sustentável.

O novo modelo

As linhas mestras desse modelo são as seguintes:

- 1- Revigoração do papel social da empresa.
- 2- Incremento substancial na participação da sociedade, em termos econômicos, sociais, políticos e administrativos.
- 3- Alterações profundas no conceito e na operacionalização dos serviços públicos.
- 4- Drástica reformulação no sistema de previdência social.

1- Revigoração do papel social da empresa.

De acordo com a filosofia básica vista antes, reduções no número de empregados em virtude de avanços científicos e tecnológicos não significarão alterações na folha de pagamento das empresas. O que as empresas lucram com tais avanços, com os freqüentes cortes de postos de trabalho, terá que ser, obrigatoriamente, destinado à sociedade como um todo, a sua única e legítima herdeira. Esse montante financeiro será dividido em duas partes: a parte líquida dos salários devidos será destinada à sociedade, por meio de mecanismos que esta criará. A parte correspondente aos encargos trabalhistas, no seu todo, deixará de ser transferida para os cofres públicos, para ser destinada também à sociedade. Dar-se-á cumprimento então à responsabilidade social da empresa, sem contemplações nem subterfúgios.

Entendo que este é o único ponto realmente nevrálgico de toda a minha proposta.

2- Incremento substancial na participação da sociedade, em termos econômicos, sociais, políticos e administrativos.

Em nível municipal e, até onde for necessário, em nível zonal dentro de cada município, a sociedade criará uma estrutura (privada, da própria sociedade) através da qual absorverá os excedentes dos centros de produção de bens e serviços, como foi visto no item anterior, e os colocará a desenvolver atividades que lhe são necessárias nos diversos setores da vida humana, como os da saúde, da educação, da segurança, etc. Por esse mecanismo, a sociedade, além de assumir responsabilidades tipicamente empresariais, no setor de serviços, também desempenhará funções atualmente atribuídas ao governo, através de atividades típicas do funcionalismo público. Exemplo: Um determinado Posto de Saúde tem 12 funcionários, pagos pela administração municipal. Como, em geral, há deficiência quanto aos serviços prestados, esse Posto de Saúde ganharia, digamos, mais quatro funcionários, dentre aqueles “excedentes” dos centros de produção de bens e serviços, pagos diretamente pela sociedade, com os recursos conseguidos pelo mecanismo visto no item 1, acima.

3- Alterações profundas no conceito e na operacionalização dos serviços públicos.

Gradativamente, o funcionalismo público teria dois grupos bem definidos de funcionários. O primeiro grupo seria constituído pelos funcionários públicos tradicionais. O segundo grupo seria constituído por trabalhadores da iniciativa privada, nos termos da CLT, pagos diretamente pela sociedade e exercendo as suas funções lado a lado com os demais, como no exemplo que foi dado no item anterior. Torna-se difícil prever, pensando no longo prazo, até que ponto os trabalhadores desse segundo grupo deslocariam aqueles do primeiro grupo. Mas é evidente que se pode pensar na possibilidade de, em algum momento no futuro, todas as funções públicas serem exercidas pelos trabalhadores da iniciativa privada, sob a responsabilidade direta da sociedade, e não do governo. Um outro ponto importante a considerar é a questão dos privilégios que, atualmente, cercam os funcionários

públicos por todos os lados. É claro que tais privilégios precisariam ser repensados e diluídos (extintos) no longo prazo.

4- Drástica reformulação no sistema de previdência social.

Quanto à Previdência Social, o novo modelo não apresenta nada de novo, em relação àquilo que já vem sendo discutido pela sociedade brasileira, já faz algumas décadas. O que se tem a acrescentar é que estamos fartos de discussões. O que se precisa realmente é realizar as reformas já arduamente debatidas. O modelo social que estou propondo não poderá abrir mão disso.

Evidentemente, esse novo modelo demandará algumas décadas para a sua construção e exigirá o empenho de toda a sociedade, como já afirmei antes, exigindo inclusive a participação de políticos, economistas, sociólogos, antropólogos, etc, de vez que, além de alterações profundas na estrutura social e econômica que temos, que já dura mais de dois séculos, será necessária uma renovação cultural, habituados que estamos à identificação do trabalho como emprego assalariado, pelo menos desde o fim da escravidão. Até 150 anos atrás, o trabalho - não remunerado ou muito mal remunerado - estava mais associado ao escravo do que ao emprego. Entre 1852 e 1888, tivemos um período de transição, com a mão-de-obra assalariada - principalmente com o concurso dos imigrantes - substituindo gradativamente o trabalho escravo. A Lei Áurea foi apenas a confirmação legal e formal de uma transformação que se processava, não sem dificuldades e tropeços. Pouco mais de um século depois, a evolução dos tempos exige novas mudanças, mudanças não apenas nas estruturas, mas, como antes, também nas consciências.

A primeira delas - e talvez a mais importante - será a necessidade de um novo posicionamento político, que, por sua vez, levará a um novo conceito de governo, segundo o qual, quem governa, em última instância, é o povo. Aliás, esse conceito não está surgindo agora; existe desde que os primeiros lampejos de Democracia saíram das concepções teóricas para a prática. Teremos então que, finalmente, entender que é a sociedade que se governa. Aquilo que, na prática, chamamos de *governo* não passa de uma caracterização formal da maneira pela qual a sociedade se governa. A partir desse novo modelo social, a sociedade governará a si própria, de maneira bem mais efetiva e direta do que o faz hoje. A Democracia ganhará, portanto, novos contornos. A Democracia representativa será bem mais concreta e eficiente e a Democracia direta começará a deixar de ser um sonho, técnica e politicamente, impossível.

É importante que essas idéias não sejam confundidas com a Anarquia. Mas também é importante notar o quanto se distanciam do socialismo e o quanto se aproximam da Doutrina Social Cristã.

Economicamente, o papel social da empresa terá, forçosamente, de ser uma realidade indiscutível, em contraposição ao lucro, seu objetivo máximo - e único - desde que surgiu, nos primórdios da Revolução Industrial. Esse papel social, que sempre existiu nos estatutos e nos discursos, sempre se subordinou ao lucro, diminuindo na razão direta da queda desse lucro. Inserida no contexto social como jamais esteve antes, desde que surgiu, como centro gerador da produção, do emprego e do lucro, a empresa, embora privada, estará indelevelmente ligada à sociedade, que dela cuidará, ainda que à distância, ciente do papel que ela vai representar. A tecnologia, a ciência e a busca pela qualidade e pela lucratividade continuarão caracterizando a empresa moderna, porque, afinal, quanto mais se produzir, ao menor custo possível, tanto melhor, uma vez que o fantasma do desemprego não mais existirá, de vez que, no novo modelo, quem for marginalizado nos centros de produção será absorvido pela sociedade e, de maneira remunerada, continuará sendo útil a ela nos demais setores da atividade humana, ainda que não venha a existir emprego.

No seu livro *SOLIDARISMO*, padre Ávila nos lembra que a função social da empresa é prestar serviço à comunidade. Diz ele que a concepção comunitária da empresa implica em duas conclusões: a empresa deve satisfazer a uma necessidade real da comunidade; a empresa deve funcionar como um mecanismo de redistribuição da renda na comunidade.

Do ponto de vista do governo e da Administração Pública, alterações drásticas e altamente expressivas serão observadas, uma vez que o deslocamento do trabalhador dos centros de produção poderá levá-lo a exercer funções que, atualmente, estão reservadas ao funcionalismo público. Será então um trabalhador da iniciativa privada, pago por esta, treinado por esta e sujeito às suas regras.

Dois consequências importantes derivam daí, além daquelas às quais me referi, linhas acima. A primeira é que diminuirão o tamanho e o poder do Estado, pelo menos no que se refere à

Administração Pública. A segunda é que diminuirá a necessidade de impostos, fato que levará a profundas alterações no sistema fiscal-tributário, com significativo alívio para as empresas e para a própria sociedade.

Confirma-se aí o que eu disse acima. O governo, tal qual o entendemos hoje, governará menos e a sociedade governará mais.

Nesse contexto, alterações igualmente profundas terão que ser feitas no nosso atual sistema de previdência social, uma vez que o seu modelo atual, altamente injusto, corrupto e concentrador da renda, não poderá se encaixar no novo modelo social. Seria uma peça muito grande e muito disforme, que ficaria alijada do modelo, hipótese absurda, evidentemente.

Revendo o modelo

Posso então resumir tudo isso, a fim de se entender melhor essa proposta. E posso, ao mesmo tempo, mostrá-la por um outro ângulo.

A população brasileira pode ser dividida em quatro grandes grupos.

No primeiro grupo estão aqueles ligados aos centros de produção de bens e de serviços, isto é, aqueles que realizam trabalho e que mantêm uma relação de emprego. São aqueles que, apesar das dificuldades e de indiscutível ineficiência, geram riquezas. A estes juntam-se todos aqueles ligados à economia informal, bem como os trabalhadores autônomos, liberais ou não. Conhecemo-os quantitativamente.

No segundo grupo estão aqueles que realizam serviços em nome da sociedade e que são pagos pelo governo. São os funcionários públicos. Não há necessidade que se fale aqui nas suas mazelas e na sua ineficiência. Sabemos quantos são eles e onde estão.

O terceiro grupo é constituído pelos aposentados, oriundos tanto da iniciativa privada como do funcionalismo público. Também os conhecemos quantitativamente.

O quarto e último grupo é formado pelos excluídos econômica e socialmente. Estes precisam ser integrados à sociedade, em nome da solidariedade e do interesse econômico e social. O objetivo maior desse novo modelo social é essa integração. Também sabemos quantos são eles e onde estão.

A idéia é que os excedentes do primeiro grupo, em virtude dos constantes avanços tecnológicos, ou seja lá por que motivo for, serão absorvidos em novas funções, em todos os demais setores, e serão remunerados diretamente pela sociedade. Tanto aqueles que constituem o quarto grupo, isto é, os excluídos, como aqueles que vierem a perder o emprego serão empregados pela sociedade (não pelo governo, mas por organismos privados), desempenhando novas atividades, inclusive entre aquelas que foram chamadas de “terceiro setor”, nos termos definidos no texto-base da CF-99.

Num primeiro momento, o desemprego tenderá a zero – e talvez atinja esse zero – e nesse nível deverá permanecer de maneira estável. Nesse mesmo momento, a renda média per capita não será alterada, mas a distribuição da renda será significativamente melhorada, tanto mais quanto mais eficiente for o sistema encarregado de “reaproveitar econômica e socialmente” os excluídos dos centros de produção. Por exemplo, se puderem ser reaproveitados com o mesmo salário que tinham antes.

Num segundo momento, o bolo poderá aumentar, isto é, o PIB poderá crescer, através de um incremento da economia, como eu já disse antes e como veremos mais adiante. Mas isso não dependerá do novo modelo social; poderá ser conseguido mesmo sem ele.

Um enxugamento deverá ser feito no segundo grupo, o dos funcionários públicos, sendo os excedentes também absorvidos pela sociedade. Esse enxugamento será automático e gradativo, como mostrei linhas acima.

Os recursos para tudo isso deverão vir dos setores de produção de bens e de serviços, inclusive mediante um realinhamento dos impostos, como foi acima referido.

Como poderá se dar isso?

Em três etapas. Na primeira, uma redefinição do sistema tributário, tornando-o suportável para quem produz, comercializa ou consome. Na segunda, o desenvolvimento de um sistema infalível quanto ao recebimento desses impostos, condição indispensável para que essa redefinição seja possível. Na terceira etapa, um novo direcionamento quanto ao uso desses recursos, ficando uma parte com o governo, nos moldes atuais, e uma parte voltando à sociedade para custear os salários dos excluídos e dos que forem “expurgados” do funcionalismo público.

Como foi dito antes, boa parte desses recursos virá da própria empresa, uma vez que trabalhador marginalizado na produção, isto é, demitido, não será marginalizado da folha de pagamento. A parte correspondente a ele será destinada à iniciativa privada, que o empregará daí por diante. Quanto aos encargos sociais relativos aos “marginalizados”, atualmente destinados ao governo, não serão mais recolhidos aos cofres públicos, sendo também remanejados para a sociedade, de acordo com a destinação específica da cada uma de suas partes.

Providências adicionais

Como os excluídos são excessivamente numerosos, mesmo esse rearranjo econômico e social poderá ser insuficiente para alimentar a todos, num primeiro momento, pelo menos em níveis compatíveis com a dignidade humana. Duas alternativas surgiriam à nossa frente, e ambas poderiam ser consideradas.

A primeira seria a conscientização de que somos muitos e de que devemos colocar freios a essa fabricação indiscriminada de gente, sem sentimentalismos injustificáveis, mas rigorosamente nos termos da *Rerum novarum*, n. 20, a importante e sábia encíclica do papa Leão XIII. Reconheço a complexidade dessa sugestão, bem como o seu caráter altamente polêmico, mas me recuso a permitir que muitos possam ter a liberdade de colocar no mundo tantos filhos quantos consigam, biologicamente, impondo-se aos demais a obrigação de pagar a conta.

A segunda alternativa teria de ser, obrigatoriamente, a procura por novos centros geradores de riqueza, aos quais já me referi por várias vezes. No Brasil, como tenho insistido, existem três direções perfeitamente claras e delineadas, nas quais podemos e devemos caminhar:

a- a criação da necessária infra-estrutura para a dinamização agrícola, ocupando de maneira produtiva cada quilômetro quadrado deste país, com um tratamento especial à Amazônia. Precisamos de uma verdadeira reforma agrária, que nada tenha a ver com o que temos assistido.

b- a industrialização do interior do país, até os limites do tecnicamente possível, do economicamente recomendável e do socialmente necessário.

c- a irrigação do nordeste, fazendo, inclusive, surgirem as condições de reflorestamento.

Como decorrência dessa tríplice caminhada, precisaremos levar, para ocupar os postos de trabalho definidos nesses três itens, toda a população “excedente” das grandes e médias cidades, como já analisei no capítulo anterior e em outras oportunidades também.

Concluindo

É claro que o que estou apresentando não passa de uma proposta inicial. Como afirmei antes, será necessário algum tempo até que o meu projeto seja devidamente discutido e desenvolvido, para então ser implantado com bastante critério e por etapas, exigindo, sem dúvida, mais de uma década para isso. Além da sociedade em geral, imagino a participação de políticos, economistas, sociólogos, antropólogos, etc, nesse processo. Sei também que essa proposta, como quase tudo o que é novo, poderá exigir um largo período de “maturação”, até que as pessoas consigam entendê-la e aceitá-la.

A rigor, onde falo em modelo social, na verdade estou falando de um novo modelo de sociedade, mais amplo, abrangendo o setor econômico e a vida política.

Será uma caminhada árdua e sem dúvida polêmica, mas necessária. Poderá significar o resgate de todas as nossas dívidas sociais. E não são poucas! Aliás, o único caminho possível para esse resgate; no mínimo, o mais curto e o mais eficiente.

Não se pode ignorar que no mundo do Pensamento Social Cristão, especificamente no nosso caso, os católicos, há um leque extremamente amplo quanto às posições assumidas, desde aqueles que, talvez ingenuamente, acreditam nas possibilidades e nas promessas dos liberais até aqueles que, no extremo oposto, sonham com as propostas mirabolantes dos socialistas e, em muitos casos, lutam por elas. Entre eles, estão aqueles que professam ou defendem a Teologia da Libertação, superada ou não, sufocada ou não.

Em conseqüência dessa grande diversidade de opiniões, espalham-se pelos diversos partidos políticos, muitas vezes sem critério e sem escolha, não se dando conta de que, em muitos casos, há uma clara falta de sintonia entre os seus princípios e aqueles defendidos pela agremiação política escolhida. Enfim, os católicos estão politicamente diluídos por aí, o que lhes tira a força. O pior é que, muitas vezes, sem consciência disso.

Tida como clara a minha posição no campo das doutrinas sociais, entendo que, com a Doutrina Social Cristã, estou bem mais próximo da verdade definitiva do que qualquer outro. Mas é bom reconhecer que ter idéias, ainda que equivocadas, como é o caso dos extremistas, é bem melhor do que não ter nenhuma.

Confirmando as minhas críticas à posição reticente e contemplativa da Igreja católica, antes de João Paulo II, entendo que essa mesma posição da Igreja acabou por engendrar movimentos extremados, oriundos do desejo genuinamente cristão de serem úteis à causa da humanidade. Contudo, se esse desejo é genuinamente cristão, penso que os meios propostos não o são.

Se essa minha dedução for verdadeira, como acho que é, e se a caminhada da Igreja rumo à participação política dos leigos se tornar efetiva, será possível confiar na sua unificação teológica, filosófica, social e política.

As discussões no campo das idéias são sempre úteis e necessárias; indispensáveis mesmo. Contudo, demorar-se nelas enquanto o nosso vizinho, aquele mesmo a quem Jesus chamou de “próximo”, demorar-se nelas enquanto esse vizinho morre de fome ou de frio, enquanto ele sofre toda espécie de injustiça e exclusão, deveria ser algo a nos constranger e envergonhar, mesmo como simples seres humanos, ainda que nos separássemos da nossa condição de filhos de Deus.

Por esse motivo, procuro ser muito menos um pensador e muito mais um homem de ação, de ação política, como convém a um cristão responsável.

Estou convencido de que poderei ajudar nessa caminhada. Espero viver o necessário para que ao menos os primeiros passos sejam dados. E espero fazê-lo por via política, como disse antes, porque imagino ser esse o meu caminho e ser essa a minha vocação.

Nem todos, contudo, precisam escolher esse meio. É importante, porém, que cada um faça a sua parte, de acordo com as possibilidades de cada um e de acordo com o dever de todos.

Se me permitirem os católicos como eu, gostaria de citar um pensamento que extraí de um livrinho espírita chamado *Minutos de Sabedoria*:

“Desperte para a vida. Medite em sua responsabilidade perante a humanidade e perante Deus. De você dependem criaturas que o cercam, na família, no trabalho, na sociedade. Não fuja à responsabilidade que você assumiu; realize o seu trabalho com amor, produzindo o melhor que puder e o máximo que suas forças o permitirem. Em suas mãos está uma parte do futuro da humanidade”.

É bom observar que esse pensamento está bem de acordo com o espírito da *Christifideles laici*, de João Paulo II.

Ao propor esse novo modelo de sociedade, estaria eu tentando reinventar o comunismo? Ou tentando inventar alguma outra coisa que lhe seja parecida? Ou propondo a Anarquia? Claro que não, porque estaríamos entregando os destinos da sociedade à própria sociedade, um dos fundamentos da Doutrina Social Cristã. Mas, se estivesse, embora apenas nas aparências, seria no seu sentido mais genuíno e fraterno, porque buscaria o bem comum, não amparado na igualdade social ingênua e inexistente entre os homens, mas na solidariedade, baseada esta no amor e justificada pelas desigualdades naturais entre os indivíduos.